O FAVORITO DA IMPERATRIZ

AMORES IMPERATRIZ LEOPOLDINA

CALVINO ED.

ASSIS CINTRA

O Favorito da Imperatriz

CALVINO FILHO, editor
Rio de Janeiro — 1934

3

ESTE LIVRO

Este livro não é historia, nem romance. E' um punhado de chronicas, com fumaça historica. Pertence á mesma serie dos outros já publicados: "As amantes do Imperador", "Carlota Joaquina", "O Chalaça".

A princeza Leopoldina tinha uma grande amizade pelo Marquez de Marialva, que era o mais rico, o mais bonito, o mais elegante, o mais intelligente e o mais culto fidalgo portuguez da época. O jornalista Clemente de Oliveira, em 1831, *affirmou que a primeira Imperatriz tivera* indisfarçavel paixão *pelo Marialva. O Dr. Alcides Bezerra, director do Archivo Publico Nacional, escreveu que D. Leopoldina ensinara a sua primogenita Maria da Gloria a pronunciar o nome de Marialva, antes de qualquer outro. E accrescenta*: isso diz tudo.

E, realmente, isso diz tudo.

No fim destas chronicas publicamos um capitulo sobre D. João VI. E' uma resenha biographica, feita em francez por Monglave. e já traduzida e publicada por algo no "Jornal do Commercio". Por ser muito interessante, reproduzimol-a.

E da fogueira crepitante da Historia do Brasil sae, para desapparecer rapidamente, mais esta insignificante espiral de fumaça historica.

E este livro, como os outros já publicados, surgirá e desapparecerá sem impressionar ninguem, no seu destino de fumaça de Historia.

Que bons ventos o levem...

A. C.

PELO MARIALVA QUE SERÁ REI...

ARGUMENTO HISTORICO

— *"D. Pedro Vito de Menezes, morto em Paris em 1822, foi o ultimo Marquez de Marialva. Não tendo herdeiro, extinguiu-se o seu titulo.*

SILVEIRA PINTO — *"Grandes de Portugal"*.

— *"Marialva, que era o verdadeiro pae de Pedro I, gastou sua immensa fortuna, de cerca de oito milhões de cruzados, na sua famosa embaixada de Vienna."*

CLEMENTE DE OLIVEIRA — *"Os tumores dos Braganças"*.

O Marquez de Marialva se installara, em Paris, na rua S. Germano, no palacio que pertencera ao duque de Rovelle. Comprara-o mobiliado pela bagatella de tres milhões de francos. Creadagem franceza, com excepção do velho Rodrigo, que já servira á casa do marquez fallecido e que ficara sendo para o Marialva vivo um segundo pae, pela amizade que lhe votava.

D. Pedro de Menezes, Marquez de Marialva, era, realmente, o mais galante e o mais opulento fidalgo portuguez. Solteiro, bonito, elegante, rico, intelligente, admiravel conversador e eximio dansarino, possuia uma cultura desusada ao par de esmerada educação. Fallando cinco linguas, e com as suas captivantes qualidades, tortornara-se um verdadeiro cavalleiro andante na peregrinação de corações femininos. Amava, com um amor de filho para pae, o seu velho mordomo Rodrigo. Um outro sentimento profundo o dominava: o amor paternal pelo principe D. Pe-

dro que, para a Nação, era filho de D. João VI, mas para os enfronhados nos segredos palacianos era apenas um Marialva. A condessa d'Eça possuia uma carta de Carlota Joaquina, quando gravida de D. Pedro, em que ella desabafava, numa confidencia á amiga intima: — *"Condessa amiga, o Marialva vae fugindo dos meus braços para os da duqueza de Cadaval, apezar delle saber que no meu ventre agora estremece um Marialva."*

*

* *

Abriram-se os largos portões do Palacio Rovelle para darem entrada á carruagem de Sua Excellencia o embaixador Marquez de Marialva.

Movimentaram-se os serviçaes e D. Pedro de Menezes, descendo da carruagem, subiu a escadaria de marmore roseo da sua principesca residencia. Lá em cima o esperava, alegre, o velho Rodrigo:

— Noticias, sr. Marquez, noticias do Brasil, exclamou, alviçareiro, o mordomo.

—Que dizes, meu velho?

— Duas cartas da Côrte, sr. Marquez.

E Marialva, afobado, enveredou para a sua Bibliotheca, onde se achava a sua mesa de leitura.

Ahi, em cima de sua pasta blasonada, se achavam duas cartas chegadas do Rio de Janeiro.

Estendeu-se numa poltrona, abriu essas duas cartas e, depois de as ler, disse ao mordomo:

— Veja isso, meu velho amigo, veja isso, que é engraçado. O rei me pede que ponha todo o brilho da minha intelligencia e todo o prestigio da minha fortuna e dos meus brazões na incumben-cia que me dá de ir á Vienna pedir a mão da Ar-chiduqueza Leopoldina para o principe D. Pedro. E a rainha me escreve para me lembrar que Dom Pedro é um Marialva no sangue e nas predileções e que si a filha do Imperador da Austria fôr mui-to feia que arranje um meio de complicar o caso, evitando o casamento já negociado por Metter-nich com o conde da Barca.

— Eu desconhecia a negociação do casamen-to...

— Ora, Paris inteiro sabe disso, meu velho. O Principe de Metternich e o conde da Barca não fizeram segredo dessa alliança. A minha embai-xada é para officializar o que a diplomacia já re-solveu. Vou apenas pôr os pontos nos *is*. Recebi a procuração para o casamento.

— E Vossa Excellencia vae casar com pro-curação do Principe?

— Com procuração do Principe... com pro-

curação de um Marialva pelo sangue e Bragança pelo nome, que vae reinar, que vae continuar num throno as tradições de bravura, de galanteria e de cavalheirismo que foram apanagio dos marquezes do meu nome, desse nome que morrerá commigo brevemente...

— Brevemente?

— Sim, brevemente, meu bom Rodrigo. Tu bem sabes que a minha doença do coração vae adeantando-se e que o Dr. Grevin não me garante nem mais tres annos de vida.

— Rabugices de medico... Um meio de o amedrontar para ter mais cautela com a sua saude...

— Nada disso. Eu sinto que vou chegando ao fim. Meus antepassados viveram para os prazeres e eu segui os exemplos delles. Vivi para a alegria do luxo e dos amôres, e o luxo e o amor gastam e consomem a vida...

— Com quarenta e tres annos apenas? Com os cabellos pretos, sem uma ruga no rosto, o corpo esbelto, a intelligencia brilhante?

— Moço na apparencia. A alma de um Marialva, que foi caçador de corações de mulheres, envelhece aos quarenta annos; o coração de um Marialva, que amou todos os prazeres da vida sem descanso, começa a enfraquecer aos quaren-

ta annos... Viagens, caçadas em Africa, jogo, duellos, mulheres, ceias, noitadas sobre noitadas, emoções sobre emoções, tudo isso cança, magôa a alma, espreme o coração.

— O sr. Marquez está hoje com idéas funebres...

— Não são idéas, são factos. Olha, Rodrigo, tu que administras o meu patrimonio, em quanto o calculas para o reduzires em moeda?

— No inventario que fiz em janeiro deste anno, calculei o patrimonio da casa dos Marialvas em oito milhões de cruzados.

— Pois bem, quero que em dois mezes tu me reduzas todas as minhas propriedades a dinheiro.

— Para que, sr. Marquez?

— Dois milhões de cruzados para presentes a D. Pedro e a D. Leopoldina. Quatro milhões para gastal-os em Vienna. Um milhão para a tua familia e o milhão restante para eu torrál-o em Paris nestes poucos annos de vida que me restam.

— Marquez, isso é uma ioucura.

— E para que queres que guarde oito milhões de cruzados? O meu unico filho é o filho do rei. Não tenho mulher. Tua familia com um milhão de cruzados passará muito bem. Eu, com outro milhão, gosarei por mais tres ou cinco annos

os prazeres da vida, dessa minha vida que se está apagando como candeia sem azeite....

— E pretende gastar quatro milhões de cruzados em Vienna?

— Sim, quatro milhões de cruzados eu gastarei em Vienna como embaixador de Portugal para satisfazer o desejo do meu rei, do meu rei que deixará o seu throno para o meu filho, que tambem é seu filho, meu no sangue, delle no nome.

E vagarosamente desdobrou a carta de Dom João VI e nella fixando os seus olhos, grandes, brilhantes e negros, leu em voz alta, para o seu mordomo ouvir:

— *"E' preciso que como embaixador de Portugal em Vienna não poupes despezas para que os principes allemães se convençam da grandeza e opulencia da casa real de Bragança."*

— E' do rei, sr. Marquez?

— E' do rei, meu caro Rodrigo. Esta outra que vou lêr é da Rainha.

Em seguida, abrindo a segunda carta, leu em voz alta:

— *"Eu quero, meu inesquecivel Marialva, que não contrates esse casamento si a archiduqueza fôr muito feia. O nosso Pedro tem, como tu, a loucura pelas mulheres bonitas e si vier uma princeza feia, será a desgraça para ambos. Arranjes*

qualquer complicação para evitar o casamento si Leopoldina fôr feia. Si a achares passavel, quero que dês ao casamento em Vienna e ás festas dos esponsalicios o brilho, o fulgor e a grandeza offuscante que só os Marialvas sabem dar quando querem mostrar que são Marialvas. E lembra-te, meu adorado Marialva, que Pedro é Marialva no sangue e apenas Bragança no nome."

Depois da leitura desta segunda carta, o marquez, olhando para o seu velho mordomo, disse-lhe:

— Ouviste, Rodrigo?

— Ouvi, sr. Marquez...

— Pois então traze-me aqui uma garrafa de champagne de 1720. Daquella champagne que meu pae bebeu quando eu nasci. E, com a champagne, duas taças.

*

* *

Quando o mordomo trouxe a bandeja de prata com o velho champagne de 1720, o marquez de Marialva encheu as duas taças, dando uma dellas ao velho Rodrigo, ficando com a outra. Em seguida, erguendo a sua taça, de pé, com os olhos brilhantes, disse ao amigo:

— Bebamos, meu velho Rodrigo, á saude da princeza Leopoldina... e tambem por D. Pedro, o Marialva que será rei.

O CORTEJO QUE DESLUMBROU A EUROPA

ARGUMENTO HISTORICO

— *"A entrada de Marialva em Vienna para pedir a mão de Leopoldina fez-se com deslumbrante pompa nunca vista alli. D. João VI, o sovina, havia recommendado ao embaixador que não poupasse despezas, contanto que désse impressão da grandeza e opulencia da casa de Bragança."*

ALCIDES BEZERRA — *"Vida da Imperatriz Leopoldina"*.

— * —

— *"Les princes allemands admirent le luxe et la grandeur du representant de la cour portugaise: depenses énormes que le marquis de Marialva préleva sur sa fortune, et qui ne lui furent jamais remboursées."*

DEBRET — *"Voyage pittoresque au Brésil"*.

A alegre, a esfusiante, a deliciosa cidade de Vienna, capital da Austria, estava em festas. Todas as ruas enfeitadas: riquissimas colchas nas janellas, como era costume nos dias de gala; festões e bandeirolas; galhardetes e arcos. Muito povo nas ruas e praças. O commercio fechado. Fechadas as repartições publicas.

E' que os jornaes annunciaram que naquelle dia 17 de fevereiro de 1816 faria sua entrada solene na capital do Imperio o muito illustre e muito querido embaixador extraordinario D. Pedro José Joaquim Vito de Menezes Coutinho, Marquez de Marialva, que deixara Paris com destino á Vienna para pedir a mão da archiduqueza Maria Leopoldina Josefa Carolina de Habsburgo para o herdeiro de Portugal. As gazetas viennenses trombetearam aos quatro ventos da publicidade que o cortejo do emissario do rei de Portugal e Brasil seria mais luxuoso e mais imponente do que aquelle que mandara Napoleão quando pre-

tendera a mão da archiduqueza Maria Luisa. Seria mesmo mais brilhante, diziam os jornalistas, do que o famoso sequito de conde de Villa-Maior quando, havia mais de um seculo, fôra buscar a princeza D. Mariana da Austria para esposa de D. João V. E essa embaixada embasbacara em 1708 a rica e formosa capital danubiana, pelo esplendor e pela galhardia com que fez a sua marcha pelas ruas viennenses.

O padre Luis Gonçalves dos Santos, nas suas "Memorias", nos revéla o fausto e a magestade com que Marialva entrou em Vienna. Precediam a comitiva do marquez de Marialva dezesseis carruagens dos principes e magnatas da Côrte imperial, com os seus criados em libré de gala, dispostos nos dois lados das carruagens, puxadas cada uma por seis cavallos de raça.

Seguindo essas dezesseis carruagens dos principes e nobres da Austria, vinha a comitiva do embaixador portuguez em Vienna, formada de 24 carruagens, puxadas tambem cada uma por seis cavallos ricamente ajaezados e montados por sótas. Setenta e sete eram as pessôas dessa comitiva, entre pagens, criados e officiaes, ricamente vestidos e agaloados, e grande numero dessa gente montava formosos ginetes ou cavallos adestrados, com telizes de velludo carmezim, adornados

com largas bordaduras de ouro, ostentando em relevo dourado as armas dos Marialvas.

Em seguida a esse grupo, vinham dois côches magnificos da Casa Imperial: no primeiro se achava o Embaixador em Vienna de Sua Magestade Fidelissima o rei de Portugal com o Estribeiro-Mór de Sua Magestade o Imperador da Austria. No segundo ia o Secretario da Embaixada com o Introductor dos Embaixadores e um camarista do Imperador. Faziam ala aos côches muitos criados da Casa Imperial, com fardas de grande gala. Atraz desses côches vinha a berlinda do Marquez de Marialva, primorosa, elegante e rica, encantando os olhos dos espectadores. Logo após, outra berlinda, tambem pertencente ao Marquez, em que se achavam o mordomo e o secretario do Embaixador especial. Esta segunda berlinda era puxada por seis cavallos castanhos com arreios de prata, ao passo que a primeira, em que se assentava o Marquez, tinha seis cavallos pretos com arreios chapeados de ouro. Os cavallos que serviram para o cortejo eram das cavallariças do Imperador da Austria. Cada berlinda levava um cocheiro, um sóta, um moço de estribo e mais quatorze moços de serviço, todos em librés ricas, sendo os primeiros com fardas da Casa Real Portugueza e os segundos com as da casa dos Marial-

vas. Fechavam este pomposo cortejo, para lhe dar realce, as carruagens dos Embaixadores da Inglaterra, França e Hespanha.

E foi assim, com esse cortejo pomposo e magnifico, remata o padre Luiz Gonçalves, nas suas "Memorias", que o Marquez de Marialva, embaixador extraordinario de Sua Magestade Fidelissima o rei D. João VI, entrou em Vienna da Austria pela porta de Carinthias, entre os applausos e acclamações delirantes do povo que enchia as ruas por onde elle passou.

SAIBAM TODOS QUE...

ARGUMENTO HISTORICO

O assumpto deste capitulo foi tirado de uma carta do Marquez de Marialva ao Visconde de Villa Nova.

Dezoito de fevereiro de 1817. Nove horas da noite. Illuminara-se toda a frente do Palacio Imperial de Vienna com lanterninhas azues e vermelhas. A sala do throno, como nos grandes dias, accendera os seus grandes lustres de prata e crystal. Aos lados, os magestosos candelabros de dois metros de altura, com 12 velas cada um. Ao todo, 16 candelabros, 8 de cada lado do salão. No lampadario do centro, os crystaes da Bohemia, com o feitio de grandes brilhantes, todos lapidados, scintillavam como si fossem lindas estrellinhas em multidão. Em todo o comprimento da sala do throno, um enorme tapete hungaro, de dois centimetros de espessura, que já sentira as pisadas de dez gerações de reis, principes e embaixadores. Era o tapete famoso que custara ao tataravô do bisavô de Francisco Leopoldo, em o anno da graça de 1430, a quantia de 50.000 florins allemães. O mais rico, o mais notavel, o mais bello tapete da Europa. Cerca de cincoenta mulheres, diz o chro-

nista viennense Carlos Reutz, levaram dez annos trabalhando nessa tapeçaria riquissima, que cobrira durante quasi 400 annos a sala do throno dos imperadores da Allemanha e alli, em 1817, se achava ornamentando o palacio do Imperador Francisco Leopoldo.

Accesos os candelabros e lampadarios, ornamentada a sala com cestões de cravos vermelhos e ramos das famosas rosas azues e brancas do jardim de Shönbrunn, a postos todos os serviçaes da Casa Imperial, começaram as cerimonias do protocollo.

Primeiro entraram as damas de honor, dirigidas pela condessa de Hoteck. Vestiam-se todas de branco, em lindos vestidos de decote. Depois, os moços fidalgos, envergando casacas de cachemir azul claro, com golla e punhos de rendas hollandezas, calções de seda creme de Florença, meias de seda branca, sapatos de pellica preta com fivellas douradas.

Em seguida os fidalgos da Camara Imperial. Depois, a grande nobreza do Imperio.

O Principe Lichnosky, o mestre de cerimonias, com voz retumbante, ia annunciando:

— Sua Excellencia o embaixador da Russia!

E entrou, grande, gigantesco, pesadão, de

bigodeira cahida, vasta cabelleira, costelletas hirsutas, o embaixador russo.

— Sua Excellencia o embaixador da Inglaterra!

E entrou, magro, alto, escanhoado, de olhinhos pequenos e vivos, o embaixador inglez.

— Sua Excellencia o Embaixador da França!

E entrou, arrastando a perna esquerda, baixo, gordo, caréca, o embaixador francez.

— Sua Excellencia o embaixador de Hespanha!

E entrou, de cabeça taurina, olhos grandes e pretos, rosto comprido, orgulhoso como si fôra o rei do mundo, o embaixador hespanhol.

— Sua Eminencia o Nuncio Apostolico!

E o embaixador do Papa entrou, magestoso nas suas vestes cardinalicias de gorgorão vermelho.

Presentes todos os embaixadores, principes, fidalgos, deram entrada os membros da familia real.

— Sua Majestade a Imperatriz!

Um sussurro de curiosidade. E logo depois entrou a madrasta dos principes, a Imperatriz Carolina da Baviera, quarta esposa de Francisco, esbelta e orgulhosa mulher que causou assombro

na Côrte de Vienna pela sua elegancia e formosura, e pela impetuosidade de seus amôres com o principe russo Clodomir Vodiref.

Os olhos dos homens, tanto dos velhos como dos moços, fuzilaram de curiosidade. E de inveja brilharam os olhos das mulheres. E' que realmente a Imperatriz Carolina, quarta esposa do Imperador da Austria, Francisco Leopoldo, era um bellissimo typo feminino. De altura meã, rosto oval, olhos grandes e pretos, cabellos negros, ondeados, nariz romano, labios vermelhos numa bocca comprida, dentes brancos e perfeitos, pelle morena, de um moreno meio rosado, braços bem torneados, seios duros e redondos, pescoço alto, collo lindo com um ligeiro sulco no centro, como um pequeno valle entre duas adoraveis elevações de carne quente e macia, cintura esbelta, ancas de allemã, ligeiramente salientes, andar compassado e soberano, tal o retrato que della fez lord Helland, nas suas memorias sobre a Côrte de Vienna.

Era simplesmente adoravel essa irresistivel mulher, que morreria mais tarde envenenada com uma taça de vinho hungaro.

E a Imperatriz, acompanhada dos principes da casa Imperial, seus enteados, deu entrada na sala do throno, passando entre alas de cortezãos, que se curvavam reverentes.

Tres pancadas no assoalho da entrada preveniram os presentes da approximação do monarca. E o mestre de cerimonias, em voz alta e solenne, annunciou:

— Sua Majestade o Imperador!

Francisco Leopoldo, na sua farda de gala, coruscante de condecorações, penetrava nesse instante naquella sala cheia de luzes, perfumes e mulheres bonitas. E pelo espaço que se abriu para a sua passagem até o throno, soberbo e magestoso, ia elle caminhando, recebendo, de lado a lado, as mesuras protocollares dos embaixadores, principes, duques, condes, barões, cavalleiros e damas.

Alcançando o throno, nelle se assentou, tendo ao lado esquerdo a esposa e ao lado direito os filhos.

— O sr. Chanceller do Imperio e o sr. Embaixador Extraordinario do Reino de Portugal e Brasil, annunciou, solenne, o introductor diplomatico.

Ao lado do chanceller Mettehnich, ricamente vestido, coberto de condecorações, com passo firme, bonito, elegante, hieratico, caminhou o Marquez de Marialva em direcção ao throno, deante do qual se deteve. Metternich, mais proximo do Imperador, fallou:

— Majestade, o Embaixador Extraordinario do Rei de Portugal e Brasil pede a graça de sua attenção.

— Sr. Marquez, disse o Imperador, terei o prazer de ouvil-o.

E Marialva recitou o seu discurso protocollar:

— Majestade. O muito alto, muito poderoso e muito christão D. João VI, por graça de Deus Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, daquem e dalém mar em Africa, Senhor da Guiné e da Conquista, Navegação e Commercio da Ethiopia, Asia e Persia, e da India, vos envia muito saudar e me fez portador de uma mensagem que ora ponho nas mãos de Vossa Majestade.

Em seguida entregou ao Imperador uma carta de D. João VI. Recebendo a carta das mãos de Marialva, o Imperador passou-a para as do principe de Metternich, ordenando-lhe:

— Leia, sr. Chanceller, o que approuve dizer-me meu primo e meu irmão, o Rei de Portugal e Brasil.

Abrindo a mensagem, Metternich, com voz metalica, leu o que se segue:

— "*Francisco Leopoldo, meu muito amado primo no sangue e meu muito respeitavel irmão*

na Realeza. Desejando que o Principe Real Dom Pedro, herdeiro do meu throno, e meu muito amado e prezado filho, procurasse no casamento assegurar a perpetuidade da Casa Real de Bragança, lembrei-me de que havia na Casa Imperial da Austria uma princeza de eloquentes virtudes que é a serenissima Archiduqueza Maria Leopoldina Josefa Carolina de Habsburgo, a quem Deus deu a felicidade suprema de ser filha do meu muito amado primo e muito illustre irmão. E querendo que o herdeiro da Casa de Bragança seja feliz, peço para elle a mão da princeza Maria Leopoldina. — JOÃO CARLOS."

O Imperador, virando-se para a Imperatriz, que estava ao seu lado esquerdo, perguntou-lhe:

— Senhora, o muito alto e muito poderoso Rei de Portugal e Brasil, D. João VI, meu primo e meu irmão, pede a mão de nossa filha, a archiduqueza Maria Leopoldina, para o Principe Real D. Pedro, herdeiro da Casa de Bragança. Estaes de accordo?

— Sire, respondeu a Imperatriz, a vossa vontade, que é soberana, é a minha vontade verdadeira. Estou de accordo.

Em seguida o Imperador chamou para junto de si a princeza Leopoldina, e perguntou-lhe:

— Minha amada filha, o Rei de Portugal e

Brasil, o muito alto e poderoso Senhor D. João VI, meu prezado primo e irmão, pede que concedaes a vossa mão ao Principe Real D. Pedro, herdeiro da Casa de Bragança. Estaes de accordo?

— Sire, respondeu a princeza, a vossa soberana vontade é a minha vontade verdadeira. Dizei ao Principe D. Pedro que serei muito feliz como Princeza Real de Bragança, na honra e na gloria que me dá em receber-me por esposa.

Então o Imperador levantou-se, beijou a filha na testa. Depois, olhando de frente o Marquez de Marialva, disse-lhe:

— Senhor Embaixador, o Imperador da Austria e Rei da Hungria e Bohemia responde ao seu primo e irmão, o rei de Portugal, Brasil e Algarves, que a Casa Imperial de Habsburgo se julga feliz em acceitar a alliança matrimonial da Casa Real de Bragança.

Em seguida, olhando os convidados daquella recepção, com voz firme e pausada, recitou a participação protocolar:

— Senhores Embaixadores, meus amados amigos e vassalos, a todos vós que me ouvis, eu vos participo o pedido de casamento de minha filha Maria Leopoldina pelo Principe D. Pedro de Bragança. E saibam todos que eu, Imperador da

Austria e Rei da Hungria, declaro noivos D. Pedro de Bragança e D. Leopoldina de Habsburgo.

Uma catadupa de palmas resoou no salão, seguida da execução do hymno nacional portuguez, tocado pela orchestra imperial e ouvido de pé por todos os presentes, inclusive o Imperador.

Após a execução do hymno, o Marquez de Marialva, curvando-se deante do Imperador, e com voz clara e varonil, declarou-lhe:

— Em nome de Portugal e do Brasil, Majestade, eu vos agradeço a honra e a gloria que lhe destes, consentindo que vossa filha seja a futura Rainha desses dois povos que vos admiram, vos respeitam e vos amam.

Dizendo isso, approximou-se do Imperador e beijou-lhe a mão; achegou-se á princeza e beijou-a na testa.

Terminara ahi a solennidade do pedido de casamento.

OS BEIJOS DO MARIALVA

ARGUMENTO HISTORICO

— *"Marialva era um desses homens encantadores que reunia a belleza varonil á intelligencia, o fino trato ao prestigio de uma familia aristocratica, rica e brava.*

Homem raro, capaz de brilhar nos salões entre o eterno feminino, domar no picadeiro fogoso corcel e, como o avô, de matar touros em Salvaterra.

A princeza Leopoldina tornou-se amiga intima do Marquez de Marialva, escrevia-lhe constantemente, dava-lhe impressões, noticias de sua vida e da vida do paço e, á proporção que os filhos vieram, informava-o das travessuras dos pimpolhos.

A primeira palavra que ensinou á filha Maria da Gloria (1) *a pronunciar foi —* Marialva. *Isto diz tudo.*

ALCIDES BEZERRA — *"Vida da Imperatriz Leopoldina".*

---

(1) Maria da Gloria era a filha mais velha da Imperatriz.

A archiduqueza Leopoldina recebera o Marquez de Marialva numa tarde magnifica de fim de Março. O embaixador portuguez levava um presente régio: um collar de brilhantes brasileiros, de 3 quilates cada um. Aquillo valia uma fortuna.

Marialva estava mesmo disposto a arruinar-se com a sua embaixada.

— Oh! meu caro marquez, dizia-lhe a princeza, não tenho palavras que possam exprimir a minha gratidão. Que os Marialvas eram generosos, a Europa inteira sabe. Mas tanto assim...

— Alteza, respondia o Marquez, tudo quanto tenho feito ainda não está na altura dos meritos de tão excelsa Senhora.

— Que outro merecimento tenho eu sinão o de ser filha de rei?

— O merecimento das virtudes...

— Virtudes? Virtude é a qualidade de toda a mulher honesta...

— A intelligencia e a cultura...

— Intelligencia é qualidade de todo o ser humano; cultura, é mais qualidade dos homens do que das mulheres...

— A graça, a elegancia, a mocidade e a formosura...

— Páre, Marquez, páre com esses qualificativos. Esse galanteio será capaz de me convencer de que sou uma divindade...

— E o é de facto para todos que têm a felicidade de a conhecerem. E será para o seu noivo, o principe real D. Pedro.

— Oh! Chegou aonde eu queria que chegasse. Fallemos do meu noivo. Disse-me o chanceller que D. Pedro é o retrato do Marquez de Marialva, um Marialva com 18 annos. E' certo?

— Exagero, Alteza. O principe D. Pedro é um bello rapaz e eu...

— Escute-me. Elle é alto como o Marquez?

— Sim, tem mais ou menos a minha altura.

— E' elegante como o Marquez?

— Elle é realmente elegante. Como eu não o é, porque não sou elegante.

— Ora o modesto... E diga-me, é moreno como o Marquez?

— E' moreno como eu.

— Tem olhos grandes, cabellos negros e an-

nellados, labios polpudos, dentes lindos como o Marquez?

— Oh! Vossa Alteza está brincando commigo.

— Estou perguntando. Responda-me: tem olhos negros, cabellos annellados, labios polpudos e dentes lindos?

— Tem, Alteza.

— Pois si é assim como o Marquez de Marialva, eu hei de amal-o muito.

— Por ser parecido commigo, Alteza?

— Por ser parecido com o Marquez.

— Mas elle tem dezoito annos, eu tenho mais de quarenta...

— E mesmo com os seus quarenta, as damas do Paço estão todas enfeitiçadas pelo Marquez. Feitiço desses olhos. Imagine que minha irmã Maria Luiza chegou a dizer que o Marialva é mais seductor do que o conde de Bombelles e o general Neipperg, que ella acha encantadores....

— Alteza, não seja cruel para este seu vassalo...

— Marialva, si D. Pedro fôr como você, creia-me, hei de adoral-o, como se adora um Deus. Até ha pouco tempo eu achava invencivel na elegancia e na graça o barão Schäffer. Mas Schäffer, perto de Marialva, desapparece, sóme...

— E o barão Schäffer é um perfeito cavalheiro...

— Sim, é um perfeito cavalheiro, um bello typo de homem, um "gentleman". Mas ha quem o vença em qualidades.

— D. Pedro?

— Não conheço D. Pedro. Si D. Pedro tiver as qualidades de Marialva, será D. Pedro...

O Marquez de Marialva mordeu os labios. Aquella princezinha, noiva do seu futuro rei, para o qual elle a pedira em casamento, submettia-o a uma verdadeira tortura. Provocava-o acintosamente, e elle, um Marialva autentico, tinha que fazer o papel de um Santo Antonio tentado.

— Isto é demais, dizia elle com os seus botões, isto é demais... Eu, um Marialva, ser provocado por uma loirinha de 17 annos e defenderme como Santo Antonio?! Isto é demais, isto é demais, resmungava comsigo mesmo.

A princeza Leopoldina, que o contemplava, sorrindo, disse-lhe com galanteria:

— Marquez de Marialva, já ouviu fallar no famoso parque das rosas deste palacio de Schönbrunn?

— Já, Alteza.

— Foi naquelle caramanchão cercado de rosas brancas que minha irmã Maria Luiza, ainda

convalescente, ouviu um galanteio do Imperador Napoleão, que aqui se hospedara em 1809, como vencedor da Austria. Vamos até lá, Marquez. Dê-me o seu braço.

E levada pelo braço do Marquez de Marialva a princeza Leopoldina passeou pelas aléas do parque, antes de chegar ao caramanchão das rosas brancas.

O sol já se escondia aos poucos.

O perfume das flôres inebriava os sentidos. Uma deliciosa temperatura despertava a carne para o amor. Sentados juntos, dentro do caramanchão, calaram-se, por um instante, os dois passeadores: elle, alto, moreno, senhoril; ella, pequena, loura, franzina. Ambos embriagados por aquelle perfume suave e delicioso que excitava o coração.

De repente a princeza, approximando-se do Marialva, fallou-lhe quasi ao ouvido, com uma doçura estonteante:

— Marialva, jura que D. Pedro é encantador como você? Jura, Marialva?

E Marialva, tão de perto tinha fallado a princeza, sentiu a quentura dos labios della junto do seu rosto. Virando-se nesse instante, a sua bocca roçou pela bocca de Leopoldina, que, fe-

chando os olhos, pendeu a cabeça para o lado do amigo.

Então o Marquez de Marialva, com o rosto afogueado, as veias saltadas, os olhos brilhantes, os labios congestos, febril, allucinado, louco, tomou nos braços aquella princezinha loura, franzina, de olhos azues, e beijou-a, beijou-a na bocca, nos olhos, no ouvido, no pescoço, no collo, beijou-a como louco, beijou-a allucinadamente.

O sino grande da Torre de Schönbrunn gemeu nessa occasião com as badaladas plangentes da Ave-Maria, despertando o Marialva e a princeza e chamando-os á realidade da vida.

E foi assim que o sino de Schönbrunn, na plangencia do "Angelus", no parque de rosas, perfumado e inebriante, surprehendeu os beijos do Marialva, e o amor recemnascido, que ambos teriam que suffocar para sempre, quando o marquez e a princeza, separados por um Oceano, elle viveria em Paris e ella no Rio de Janeiro.

E amaram-se platonicamente...

DOTE E CONTRA-DOTE

ARGUMENTO HISTORICO:

— *"No dia* 18 *de fevereiro de* 1817 *dirigiu-se o embaixador Marialva ao Palacio Imperial, onde foi apresentado ao Augusto Imperador, que o esperava, com toda a sua Côrte, e alli pediu em publico, com as formalidades do costume, a mão da archiduqueza para o filho de D. João VI, o principe real D. Pedro."*

(Da "Correspondencia", do Conde da Barca — carta ao conselheiro Thomaz Antonio).

— * —

— *"E' sabido que nem o Imperador da Austria nem D. João VI deram o dote de* 200.000 *florins promettidos em contracto á archiduqueza Maria Leopoldina. O Marquez de Marialva é que deu como presente de casamento* 200.000 *florins."*

CLEMENTE DE OLIVEIRA, *Os tumores dos Braganças.*

Obedecido o protocollo, proclamado, diante de toda a côrte do Imperador da Austria, no salão do throno, o noivado de D. Pedro, principe real da casa de Bragança, com a archiduqueza D. Leopoldina, o marquez de Marialva foi conduzido por Metternich, chanceller imperial, para a sala de despachos do Palacio, e ahi apresentou a *carta de dotação* concedida pelo rei de Portugal.

— Sr. Chanceller do Imperio, disse o marquez, tenho a subida honra de pôr nas mãos de V. Excia. a "carta de dotação" que el-rei de Portugal houve por bem conceder á Sua Alteza Imperial, a Senhora D. Leopoldina.

Em seguida passou o documento ás mãos de Metternich e este ás dó official da Secretaria Geral do Imperio, que leu:

— "*D. João, por Graça de Deus Rei do Reino Unido de Portugal e do Brasil e Algarves, daquem e d'alem mar em Africa, Senhor da Guiné e da Conquista, Navegação e Commercio da Ethio-*

pia, Arabia, Persia, e da India, etc. Faço saber que, tratado e ajustado o desponsorio do Principe Real Dom Pedro, Meu Muito Amado e Presado Filho, com a Serenissima Archiduqueza da Austria, Maria Leopoldina Josefa Carolina, filha do muito alto e muito poderoso Imperador da Austria, Rei da Hungria e da Bohemia, meu bom Irmão e Primo, pelos Ministros para este effeito nomeados por ambas as partes, hei por bem conceder o dóte de 200.000 *florins rhenanos e mais* 80.000 *florins da mesma especie como dotação annual, a titulo de Arrhas, ficando o meu embaixador extraordinario Marquez de Marialva por mim autorizado, na melhor fórma de direito, a ajustar e assignar o contracto matrimonail, com a dotação garantida e estipulada. Mandei passar esta minha Carta de Dotação em duas vias, uma para ser entregue ao muito illustre Sr. Chanceller do Imperio da Austria e outra para o Archivo da Secretaria de Estado da Casa de Bragança, ambas por mim assignadas e selladas com o sello pendente das Minhas Armas. E valerá como acto de Chancellaria, de accordo com as leis, usos e costumes das casas reaes e imperiaes. Dado e passado no Palacio do Rio de Janeiro, aos dois dias do mez de Janeiro do anno do nascimento de Nos-*

so Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e dezeseis. JOÃO CARLOS."

Acabada a leitura da carta de dotação do rei de Portugal, Metternich tirou da pasta de papeis de Estado um documento sellado e, passando-o ás mãos do Marquez de Marialva, disse-lhe:

— Sr. Marquez de Marialva, em nome do Imperador da Austria declaro acceitar o dote que el-rei de Portugal houve por bem conceder como lembrança de esponsorios e arrhas esponsalicias á Senhora Princeza D. Leopoldina. Sua Majestade o Imperador da Austria, em nome de sua muito amada e dilecta filha, agradece, por intermedio desta Chancellaria, a augusta generosidade de tão alto e magnanimo soberano. E agora passo para as mãos de V. Excia. a carta de dotação que houve por bem conceder á sua augusta filha o muito grande e muito glorioso Imperador, o Sr. Dom Francisco Leopoldo.

Obedecido o mesmo protocollo, o Marquez de Marialva ficou inteirado de que o Imperador da Austria dotava a filha com a mesma quantia offerecida por D. João VI, isto é, 200.000 florins do Rheno.

Em seguida o Marquez de Marialva, com o principe Metternich, foram ao salão azul do Pa-

lacio Imperial, onde os esperava toda a familia do Imperador.

— Majestade, disse Metternich, o embaixador extraordinario de Portugal offereceu em nome de el-rei D. João VI o dote de 200.000 florins e arrhas de 80.000. Offereci em nome de Vossa Majestade o contradote de 200.000 florins. Fórma a dotação fixa a importancia de 400.000 florins, afóra os 80.000 de arrhas. Entretanto, para uma filha de tão augusto soberano se afigura essa dotação insufficiente, conforme affirmação do Sr. Marquez de Marialva, que vem pedir permissão á Vossa Majestade para uma allegação.

O Imperador franziu a testa e a princeza Leopoldina empallideceu.

— Queira expôr, Sr. Marialva.

— Magestade, disse o Marquez de Marialva, o meu rei não poude offerecer mais do que 200 mil florins, de lembrança esponsalicia á augusta filha de Vossa Magestade. E Vossa Magestade comprehenderá o motivo: as guerras que enfraqueceram o thesouro do reino portuguez. Talvez pelos mesmos motivos não approuve á Vossa Magestade offerecer uma dotação superior á do meu rei e senhor. Pensando, Magestade, que uma princeza tão illustre como a Sra. Archiduqueza Leo-

poldina deveria ser galardoada com um dote minimo de 600.000 florins, a Casa de Marialva pede licença á Vossa Magestade para accrescentar ás dotações já feitas mais 200.000 florins, a titulo de lembrança esponsalicia. E si Vossa Magestade, num gesto de bondade, quizesse permittir essa prova de consideração á Casa de Marialva, eu, em nome dos Marialvas, me proclamaria o mais feliz dos mortaes.

O Imperador desfranziu o sobrecenho e, risonho, respondeu:

— Senhor Marquez de Marialva, o Imperador da Austria sempre considerou os Marialvas como uma das mais respeitadas e das mais dignas familias nobres da Europa. Recusar um pedido do representante da Casa de Marialva, que ainda é embaixador extraordinario de Sua Magestade o rei de Portugal, seria para o Imperador da Austria um desaire. Entretanto, minha filha, que está presente, responderá a V. Excia.

E virando-se para a filha:

— Minha filha, o sr. Marquez de Marialva offerece como lembrança esponsalicia, para augmentar a sua dotação, 200.000 florins. Acceita essa lembrança?

— Meu pae e Imperador já respondeu que seria um desaire recusar. E eu, que admiro a Casa

de Marialva, recebo essa lembrança com muita alegria, desvanecimento e gratidão.

*
* *

E foi assim que a archiduqueza Leopoldina teve o dote arredondado para 600.000 florins, sendo 400.000 do contracto nupcial e 200.000 do presente de casamento feito pelo nababesco Marquez de Marialva.

Entretanto... coisa inacreditavel, a princeza Leopoldina somente recebeu, de facto, os 200 mil florins do Marialva, porque nem o pae, nem o sogro, embora estipulassem o dote e contradote em cartas de lei contractual, nunca pagaram os florins promettidos.

E foi assim que a palavra de um marquez valeu, emquanto as palavras de dois reis voltaram atraz.

O CASAMENTO DE MARIA LEOPOLDINA

ARGUMENTO HISTORICO:

— *"Ao ter conhecimento que o rei de Portugal pedira ao Imperador que o casamento se effectuasse no dia 13 de Maio, dia aziago para a casa imperial, a princeza me pediu que fizesse tudo para mudar a data e, não o tendo conseguido, tambem levado pela superstição do 13, recusei a procuração, que foi transferida ao archi-duque Carlos."*

MARQUEZ DE MARIALVA, *carta á duqueza de Abrantes, "Mémoires".*

— * —

— *"O padre Luiz Gonçalves dos Santos, no livro "Memorias do Brasil", descreve o casamento da princeza Leopoldina".*

O CASAMENTO

O Imperador da Austria pedira ao rei de Portugal que determinasse o dia do casamento de D. Pedro e D. Leopoldina. E fôra para tratar disso que o Marquez de Marialva procurara o soberano Francisco Leopoldo.

— Magestade, el-rei meu senhor agradece a gentileza que teve e escolheu para os esponsorios o dia 13 de Maio, dia de grande jubilo para os portuguezes.

— Não lhe parece aziágo o dia 13, Marquez? E por que os portuguezes gostam desse dia 13 de maio?

— Foi o dia em que nasceu el-rei D. João VI,

— Pois bem, que seja esse dia.

E em seguida, manejando uma pequena campainha de prata, chamou o moço de serviço:

— Diga á princeza Maria Leopoldina que desejo vel-a agora mesmo.

Pouco depois surgia a Princeza, risonha e trefega nos seus 19 annos.

— Minha filha, disse o Imperador, o rei de Portugal escolheu o dia 13 de maio para o seu casamento.

— Dia 13? E do mez de maio, o mez aziágo para a familia Habsburggo, papae? Foi em 13 de maio que minha mãe morreu; foi em 13 de maio que Napoleão viu minha irmã Maria Luiza; foi em 13 de maio que a Austria perdeu uma grande batalha, e foi em 13 de maio que Vossa Magestade foi obrigado a conceder a mão de uma Habsburgo ao filho dum hoteleiro e rabula da Corsega. Dia 13 de maio... Seja o que Deus quizer.

— Está vendo, sr. Marquez, como não foi feliz a escolha dessa data?

— Si Vossa Magestade quizer, protella-se o casamento e escreverei a el-rei D. João VI, levando ao seu conhecimento as suas ponderações sobre essa data.

— Não, sr. Marquez de Marialva, este casamento já foi muito protellado; demais, o que tem de ser, virá a seu tempo, independente de datas. E' o dia escolhido pelo rei de Portugal? E' o dia do seu anniversario? Pois que seja... o dia do casamento de minha filha.

— Oh! Meu pae, eu lhe peço que mude o ca-

samento para 12 ou 14. Tenho um presentimento de que o dia 13...

— Minha filha, não fallemos mais nisso.

E a princeza, com os olhos cheios de lagrimas, retirou-se do gabinete do Imperador da Austria.

— Sire, eu pedirei á Vossa Magestade uma graça.

— Falle, Marquez.

— Eu tenho uma procuração de D. Pedro para casar em seu nome com a serenissima princeza Maria Leopoldina. Eu pediria a Vossa Magestade permissão para transferir essa procuração ao archiduque Francisco Carlos...

— E por que?

— Porque, Magestade, eu tenho um verdadeiro pavor pelo 13. E' um numero que me atérra, que me amedronta. Todas as tragedias da minha vida se deram em 13. Eu seria incapaz de casar, por mim, no dia 13 e minha consciencia me perturba só em pensar que num dia 13 eu levarei uma princeza de tão excelsas virtudes ao altar.

— Pois bem, Marquez, acceitarei a transferencia de procuração para o Archiduque Francisco Carlos.

— Magestade, eu lhe beijo as mãos por essa graça. A imperial filha de Vossa Magestade tem

pavor do dia 13; tambem eu o tenho. E sei que o archiduque Francisco Carlos nasceu em 13 e tem predilecção por esse dia. A sorte o bafeja em dias 13. A sorte me persegue em dias 13. Já vê Vossa Magestade que seria grande o meu constrangimento si não me fizesse a graça de permittir a transferencia da procuração do casamento. Hoje mesmo escreverei a D. Pedro, expondo-lhe as razões...

— Pois fica assentado, Marquez, que o noivo por procuração será o archiduque Francisco Carlos.

*

* *

E foi o archiduque Francisco Carlos José Fernando João Frederico de Lorena Habsburgo que ás 7 horas da noite do dia 13 de maio de 1817 levou ao altar, na capella imperial do Palacio de Vienna, com procuração de D. Pedro, substabelecida pelo Marquez de Marialva, a princeza Maria Leopoldina Josefa Carolina de Bourbon e Habsburgo.

Nesse dia 13 de maio, ás sete horas da noite, o cardeal Leutz proferiu as sacramentaes palavras de casamento e, ao abençoar aquella princezinha loura e trefega, estava longe de pensar que

nesse momento lavrara a sentença de morte contra a felicidade de Maria Leopoldina.

O padre Luiz Gonçalves dos Santos, nas suas "Memorias", descreveu o casamento de D. Pedro com D. Leopoldina no seguinte relato:

— "Celebraram-se no dia 13 de Maio deste anno de 1817 na Côrte de Vienna d'Austria os desponsorios de Suas Altezas o Serenissimo Principe Real do Reino Unido de Portugal, Brasil, e Algarves com a Serenissima Senhora Archiduqueza d'Austria, D. Maria Leopoldina Josefa Carolina. Esta augusta cerimonia se effectuou pelas sete horas da tarde na igreja da Côrte em presença de Sua Magestade o Imperador Francisco I e da familia imperial, sendo o augusto noivo representado por procuração por Sua Alteza Imperial o archiduque Carlos, com muito jubilo e applauso dos habitantes daquella cidade, por tão sublime e venturosa união. Houve, por esse motivo, grande gala na Côrte, como si fosse dia de annos do Imperador, sobresahindo a tudo quanto alli se viu a comitiva do Marquez de Marialva e as suas equipagens tão brilhantes quanto soberbas. Seguiu-se depois o grande jantar no palacio imperial, que nesta noite se illuminou, como tambem toda a cidade de Vienna, por tão festivo acontecimento. No dia seguinte os Principes e Magnatas Austria-

cos, como tambem uma deputação da Austria, foram comprimentar e dar os parabens a Suas Magestades Imperiaes e igualmente á Serenissima Princeza Real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Immediatamente o Imperador mandou o Conde Wrbna como mensageiro dos desponsarios, que deveria communicar no Rio de Janeiro a D. João VI que nos principios de junho sahiria de Vienna para Liorne a preclarissima princeza real com grande sequito afim de embarcar-se no dito porto de Liorne na esquadra portugueza destinada a conduzil-a para o Brasil."

E foi assim que a princeza austriaca D. Leopoldina se casou com o principe portuguez D. Pedro, futuramente Imperador do Brasil.

O BAILE DE MARIALVA

ARGUMENTO HISTORICO:

A descripção do baile do Marialva, com todos os pormenores, vem nas "Memorias" do padre Luiz Gonçalves dos Santos.

Marialva, cansado de viver, sentindo-se com pouco tempo de vida, solteirão riquissimo, resolvera gastar a sua nababesca fortuna naquella embaixada de ouro, como a chamou Metternich. E fazia parte do seu programma offuscar Vienna, a deliciosa capital da Austria, com um baile nunca visto. Vamos ainda buscar subsidios nas Memorias do padre Luiz Gonçalves dos Santos:

— No dia 1º de junho, o Marquez de Marialva, Embaixador extraordinario do Rei de Portugal em Vienna, deu um grande baile em homenagem á princeza Maria Leopoldina. Para isso, mandou construir espaçosos e magnificos edificios nos jardins do Rugarten, ornando-os com profusa riqueza e esplendor, para cuja pomposa festa foram convidados Suas Magestades Imperiaes, a Imperial Familia, os magnatas daquella Côrte, o corpo diplomatico e numerosas pessôas distinctas, cujo numero se approximaria de duas mil. Illuminaram-se os edificios com muito gosto

e profusão; os jardins, com lanternetas de côres, estavam feéricos.

A's oito horas da noite começou a festa. A's nove chegaram o Imperador e a Imperatriz. Estiveram presentes todos os archiduques e archiduquezas, o principe real da Baviera com a sua esposa e o duque de Saxe-Téschen. Rompeu o baile o Marquez de Marialva, que dançou uma "polaca" com a princeza Maria Leopoldina, a homenageada. A's onze horas, serviu-se uma ceia esplendida. O imperador e a sua imperial familia cearam numa mesa de quarenta talheres, sendo de ouro a baixela em que foi servida a familia imperial. Todos os outros convidados serviram-se de baixelas de prata. Nos jardins, a orchestra executava lindas valsas viennenses. Disseram os jornaes de Vienna que nesta festa o Marquez de Maralva gastara mais de um milhão de florins e que o tal baile foi um dos mais sumptuosos realizados na Europa.

Mais de mil pessôas tomaram parte no banquete, sem contar os que se assentaram junto dos aparadores ou mesas particulares.

A uma hora da madrugada conitnuou o baile, interrompido pela ceia. O imperador e a imperatriz retiraram-se ás duas horas, mas a festa foi até ás quatro.

Fizeram as honras da casa o Marquez de Marialva e a duqueza de S. Carlos, esposa do embaixador da Hespanha.

E para completar a sua magnificencia, o Marquez de Marialva doou o palacio que mandara construir em Vienna para um asylo de orphãos e mandou vender o mobiliario, objectos de arte, porcellanas e crystaes, as baixelas de ouro e prata, distribuindo-se o producto da venda, que era uma verdadeira fortuna, entre as familias necessitadas da capital da Austria.

E por isso foi appellidado de "Rei Marialva". E' que seu gesto déra ao povo de Vienna a impressão de que esse fidalgo tinha comsigo a herança de Salomão.

*

* *

— Então, Marquez, dizia a duqueza de São Carlos ao seu velho amigo Marialva, você quiz fazer bonito, hein?! Deu uma festa em homenagem á princeza Leopoldina, gastando nessa festa um milhão de florins, isto é, cinco vezes mais do que o dote que o pae e o sogro deram á D. Leopoldina.

— Duqueza, respondeu o Marialva, esta fes-

ta foi o canto de cysne do ultimo Marquez de Marialva. Meu avô foi chamado de louco por seu rei D. José, por ter assombrado á Côrte com uma tourada sanguinolenta, em que perdeu a vida um Marialva. Eu quero assombrar esse rei usurario, que é D. João VI, mostrando-lhe que ha um fidalgo portuguez capaz de perder a fortuna em homenagem a uma princeza que vae ser rainha...

— Princeza que se casou com um filho do Marialva... com o principe D. Pedro, que é Marialva legitimo, não é?

— Oh! duqueza, dizem que sua lingua é de ouro. Estou agora convencido que tem na pontinha muito veneno...

— Minha lingua é venenosa? Estou apenas repetindo o que a rainha Carlota Joaquina disse numa festa da Embaixada de França, em Lisbôa.

— Se ella o disse, duqueza, ninguem terá melhores razões de o saber do que ella.

— E D. Pedro é o seu retrato. Néga isso, Marquez?

— Não négo, nem affirmo, duqueza. O que garanto é que em mim vae morrer o ultimo Marquez de Marialva.

E, levantando a sua taça de vinho espumante, disse á duqueza de S. Carlos:

— Vamos, duqueza, minha adoravel amiga,

bebamos pela felicidade de D. Leopoldina e de D. Pedro...

E beberam, sorrindo, o espumante e delicioso champagne velho com que o Marialva se deliciava e deliciava as amigas.

ADEUS, VIENNA !

ARGUMENTO HISTORICO:

Este capitulo foi tirado das "Memorias" do padre Luiz Gonçalves dos Santos, livro publicado ha mais de um seculo.

Em dois de julho, conta o padre Luiz Gonçalves dos Santos em suas "Memorias", a princeza Leopoldina se despediu de sua familia. Em 13 chegou a Florença, sendo recebida pelo grão-duque da Toscana, hospedando-se no Palacio Piti, onde fizeram as honras da casa a archiduqueza Clementina, acompanhada do seu esposo Leopoldo João, principe das Duas Sicilias.

Em Liorne se achavam o Marquez de Marialva, o principe de Metternich, ministro dos Estrangeiros, na qualidade de commissario para a entrega da Princeza Real, como tambem o conde de Funchal, embaixador portuguez em Roma, o ministro commendador Pinto e outros personagens que ahi se achavam para cumprimentar a princeza e assistir o seu embarque. No dia 12 de Agosto, no salão de honra do Palacio Ducal, com as formalidades do costume, houve a solennidade da entrega da princeza, feita por Metternich, em nome do Imperador da Austria, ao Marquez de Castello Melhor, commissario de D. João VI.

Nessa occasião, D. Leopoldina, vestida com uma linda *toilette* de gala, sentada num throno, adornada com os soberbos brilhantes que lhe déra Marialva, recebeu as homenagens da nobreza de Florença e da cidade de Liorne.

No dia 13 a princeza real, acompanhada de numerosa comitiva da Côrte do Grão Duque da Toscana, embarcou ás quatro horas da tarde no escaler da náo de linha *D. João VI*, e delle se passou para bordo da real embarcação que estava magnificamente enfeitada, como tambem a náo *S. Sebastião*. Arvorado o estandarte real na náo *D. João VI*, a artilharia do porto, dos navios portuguezes, da corveta ingleza *Albion*, saudou a princeza com salvas de regosijo. Na noite desse mesmo dia 13 a princeza Maria Clementina, duqueza de Parma, foi visitar a sua irmã Leopoldina na náo portugueza *D. João VI*. Ao amanhecer do dia 14, a esquadra velejou em rumo do mar alto, levando para o Rio de Janeiro a esposa de D. Pedro, acompanhada pelo embaixador extraordinario conde de Eltzi, que ia na corveta *S. Sebastião*.

Ao passar pelo estreito de Gibraltar, juntou-se ao cortejo nautico a fragata *Augusta*, arvorando o pavilhão da Austria.

Com a princeza iam na fragata *D. João VI*

o marquez de Castello Melhor, os condes de Louzã e Pennafiel, e as damas austriacas condessa de Huembourg, baroneza de Barentheim, e a camareira Fraulein Londron.

Ao divisar as ultimas sombras de terras européas a princeza Leopoldina, com os olhos cheios de lagrimas, disse á sua amiga condessa Maria Alice de Huembourg:

— Minha amiga Maria Alice, eu tenho um presentimento que nunca mais verei os meus parentes e a minha adorada Vienna. E sinto que, tendo casado no dia 13 de Maio e embarcado no dia 13 de Julho, um futuro aziágo me espera nesse paiz tão longinquo, nesse Brasil tão mysterioso, nesse Rio de Janeiro tão enigmatico...

E, secudindo o lenço para o lado da Europa, despediu-se, em prantos:

— Adeus Vienna dos meus amôres e dos meus sonhos dourados... Adeus meu pae e meus irmãos. Adeus minhas adoraveis amiguinhas... Adeus, até nunca mais...

E realmente foi esse o derradeiro adeus da princeza Leopoldina, que jamais veria, em sua vida, a sua terra natal, os seus paes, os seus irmãos e as suas amiguinhas. Destino sombrio e pavoroso a esperava no Rio de Janeiro. Triste destino o dessa linda e amorosa princezinha loura!

NAS AGUAS DA GUANABARA

ARGUMENTO HISTORICO:

Este episodio vem narrado nas "Memorias" do padre Luiz Gonçalves dos Santos, escriptas ha mais de cem annos.

Ainda continuamos a seguir as "Memorias" do interessantissimo padre mestre Luiz Gonçalves dos Santos.

Agora é a chegada de D. Leopoldina que o reverendo, testemunha ocular do acontecimento, nos relata da seguinte fórma:

— Dia sereno, claro, resplandecente: 5 de novembro de 1817. A esquadra, capitaneada pela fragata *D. João VI,* na qual vinha D. Leopoldina, foi avistada, deante da barra. Os morros e outeiros que dominam a cidade cobriram-se de multidões curiosas. El-rei mandara que o conde de Vianna, gentil-homem da Camara Real, fosse em seu nome cumprimentar a Princeza na entrada da barra, dando-lhe as bôas-vindas. Tudo na cidade era movimento e alegria. Na Quinta da Bóa-Vista, no Paço, na rua Direita, no Arsenal de Marinha, ia uma azafama de gente, um borborinho de curiosos, que se extendiam pelas praias fronteiriças.

Finalmente, ás cinco horas da tarde começou a entrar a esquadra pela barra a dentro, penetrando na bahia de Guanabara. Na frente, ostentando no tópe o estandarte real, velejava a fragata *D. João VI*, em seguida, a corveta *S. Sebastião*; depois a *Augusta*, com a bandeira austriaca no mastro grande. A fortaleza de S. João foi a primeira que saudou o real pavilhão, com 21 tiros; e depois foi a da Lage, que disparou os seus canhões noutra salva; e em seguida foi a de "Santa Cruz" que ribombou 21 vezes. Em resposta, as corvetas *S. Sebastião* e *Augusta* despejaram os seus bronzes calibrados, cobrindo-se o céu de nuvens de fumaça. Parecia um combate naval aquelle estrondear de canhões que impressionava o povo.

Uma fragata austriaca, que se achava dentro da bahia, enfeitada de bandeirolas e flamulas, foi ao encontro da capitanea *D. João VI*. Ao fronteal-a, disparou os seus canhões vinte e uma vezes. E como si fosse um echo, a fortaleza de Villegaignon estrondou outra salva de 21 tiros, repetidos pelos canhões do Morro do Castello. Após um silencio de minutos, os navios de guerra, estacionados na bahia, quer brasileiros, quer estrangeiros, estrondaram em descargas de artilharia. E por fim, quando a fragata *D. João VI*

fronteou a ilha das Cobras, os canhões desta fortaleza completaram as salvas de canhão, com 21 tiros.

Em resposta aos tiros da Fortaleza da Ilha das Cobras, todas as outras dispararam ao mesmo tempo. Depois todos os sinos de todas as igrejas do Rio de Janeiro bimbalharam festivamente, emquanto se despejavam para o ar centenas de roqueiras e girandolas.

Era sete horas da noite quando el-rei chegou ao ponto do desembarque, no cáes do Real Arsenal de Marinha, desembarcando da sua galeota, na qual viera da Quinta da Bôa Vista para se juntar á rainha e ás filhas. Entrando na galeota a familia real, a pequena embarcação se dirigiu para a fragata *D. João VI*, seguindo-se-lhe dezenas de escaléres com a nobreza do reino. Quando a galeota fronteou a Ilha das Cobras, foi saudada pela fortaleza, o mesmo fazendo os navios de guerra. Juntando-se a galeota á fragata onde se achava a Princeza Real, esta desceu pelo braço do Marquez de Castello Melhor e, entrando na galeota, se lançou aos pés de Suas Magestades o Rei e a Rainha, que a fizeram levantar-se com muita ternura, abraçando-a e beijando-a como filha. Depois disto, foi apresentada ao esposo, a quem abraçou e beijou. Finalmente, abraçando as

princezas, irmãs do seu marido, cumprimentou a nobreza presente. E, havendo conversado com Suas Magestades e Altezas por longo tempo, dentro da galeota, despediu-se do rei e, acompanhada pelo principe D. Pedro, pela rainha Carlota e pelas princezas, subiu novamente para bordo da fragata capitanea, não sendo acompanhada pelo soberano, porque este se achava com a perna direita muito inflammada e não conseguira subir a escadinha do navio.

Depois de amena e agradavel palestra, a rainha e os filhos desceram para a galeota, onde os esperava el-rei.

Na volta de Suas Magestades para terra, a esquadra os saudou novamente com 21 tiros. A rainha e as princezas foram, em coche, para o Paço e o rei, com os dois principes, foram para S. Christovam, na galeota.

Apenas anoiteceu, toda a cidade se illuminou com grande profusão de luzes e os repiques de sinos alegraram a cidade. O Senado da Camara se tinha antecipado, havia um mez, pouco mais ou menos, avisando os moradores da Capital, por um "bando", que todas as casas deveriam deitar illuminarias durante a noite da chegada da Princeza, na do seu desembarque e nas tres noites seguintes. Ordenou mais o Senado da Camara que no

dia do desembarque os moradores da rua Direita cobrissem a rua de areia, espalhando sobre ella flóres e folhagens odoriferas, e ornassem as portas com festões, e as janellas com as costumeiras colchas de festas.

No Arsenal de Marinha mandara el-rei construir uma ponte de madeira, que ampliasse a capacidade da sua área e offerecesse o mais commodo e seguro desembarque, e no logar donde corria a escada para o mar, escada pela qual subiria a Princeza, se levantasse um pavilhão com as armas da Casa de Bragança e da Casa da Austria.

AFINAL, NO BRASIL

ARGUMENTO HISTORICO:

A descripção da chegada da princeza Leopoldina foi feita por Debret, padre Luiz Gonçalves dos Santos e Balthazar Lisbôa, todos testemunhas de vista. O que se vae lêr é, portanto, de uma testemunha dessa sumptuosa festa.

Dia 6 de novembro de 1817. Dia claro e quente. O pavilhão construido para o desembarque da princeza Leopoldina, no Arsenal de Marinha, era realmente magestoso. Sustentado por columnas, viam-se, no tecto, as armas do Reino-Unido de Portugal e Brasil, com as quinas e castellos subpostos ás espheras. As bandeiras portuguezas e austriacas fluctuavam entrelaçadas. Na frente que dava para o mar, tanto quanto na que dava para a terra, sobresahiam as armas reaes, dominando o arco do Pavilhão, em cujos angulos pousavam quatro aguias, sustentando nos bicos festões de flôres, que do meio do arco se estendiam para os angulos. Ao lado, duas pyramides. Da parte do mar, um parapeito extenso, forrado de riquissimos pannos de Raz, e, sobrepostos, numerosos lampeões. Finos tapetes forravam o pavimento da frente. O terreno da praça fronteira ao Pavilhão estava coberto de areia encarnada. Os dois lados interiores do Arsenal de Marinha, des-

de a entrada do desembarque até o portão de sahida, estavam forrados de vistosos pannos de Raz. Os frades beneditinos enfeitaram com sedas de côres vivas todas as janellas fronteiriças do mar e as que davam para a cidade, dominando a ladeira.

Na entrada da rua Direita, com frente para o Arsenal, a Associação do Commercio fez erigir um magnifico Arco Romano, que, pela sua belleza e gosto architectonico, honrava os seus autores, Grandjean de Montigny, architecto, e João Baptista Debret, pintor. Esses artistas francezes trabalharam de accordo com os portuguezes Joaquim José Pereira de Faro e Francisco Pereira de Mesquita, representantes do commercio carioca nas festividades ora relatadas.

Esse Arco do Triumpho continha tres aberturas na sua extensão. O grande arco do meio tinha vinte palmos de largura e era sustentado por oito columnas doricas, de vinte e seis palmos de altura, deixando de cada lado, por entre as columnas, passagem livre de oito palmos. A altura deste monumento era de cincoenta palmos, sendo de quarenta a largura na parte da rua Direita. Isso quer dizer que abrangia toda a largura dessa via publica. A parte que se communicava com a praça do Arsenal tinha sessenta palmos. Nesta

frente havia dois lances de muralhas que serviam de pedestaes a duas grandes estatuas, representando o Rio de Janeiro e o rio Danubio, ornadas respectivamente com o globo armillar do Reino Unido e com as aguias emblematicas da Austria. Numa, a legenda—*Januarius;* noutra, *Danubius.* Entre as columnas que sustentavam o grande arco estavam dois pedestaes de seis palmos de altura. Os baixos relevos que ornavam a parede do sobre-arco do lado do Arsenal representavam, em bronze dourado, os emblemas do Novo e do Velho Mundo, ou seja a America e a Europa, reunindo o caduceo do Commercio, em attitude de sacrificio. Do lado da rua Direita viam-se duas figuras da Fama, uma com o facho do Hymineo embocando a trompa, e a outra depositando sobre um altar do Hymineo as iniciaes P e C (Pedro e Carolina). Por baixo da grande cornija se via, de ambos os lados, a inscripção, com letras grandes de ouro: *á feliz união, o Commercio.* E sobre tres degráos postos sobre a mesma cornija estavam duas figuras assentadas com os attributos da Paz e no meio dellas uma corôa de flôres com as iniciaes dos principes consortes.

Este monumento apparentava ser de marmore branco e estava ricamente ornado de festões de bellas flôres de liz. As iniciaes dos Principes con-

sortes, feitas de rosas, assentavam-se em medalhões revestidos de seda azul, cujas letras *P-C* eram de ouro.

Na mesma rua Direita, em frente da rua do Sabão, levantou-se um grande e soberbo arco, com cincoenta palmos de largo, vinte de vivo e vinte e dous de pedestaes, que serviam de base a oito columnas, cuja altura até á varanda era de sessenta palmos, e até a cabeça das figuras que se firmavam sobre taes pedestaes, de oitenta e seis palmos. A figura do centro representava o Hymineo, a do lado direito significava a Gloria e a do esquerdo, a Fama, com dois medalhões onde se viam as iniciaes dos principes D. Pedro e sua esposa.

Em cima dos pedestaes das columnas, e entre ellas, estavam as figuras da America, Europa, Asia e Africa. Na face interior do Arco se achavam dois pedestaes entre as columnas, sustentando cada qual um vaso de bronze, para nelles se queimarem resinas aromaticas. A varanda era guarnecida de balaustres. Oito pedestaes, que os dividiam, sustentavam grandes vasos de flôres naturaes. Este soberbo Arco parecia ser de marmore de varias côres, sendo as columnas de marmore verde com capiteis dourados. Muitos e extensos disticos se liam á união matrimonial da

Casa de Bragança com a da Austria, como tambem á gloria do Brasil, que neste dia recebia em seus braços tão illustre princeza.

Este monumento bellissimo fôra delineado por Luiz Xavier Pereira, machinista do Theatro Real, e construido pelos architectos portuguezes Manoel Pinheiro Guimarães e seu irmão Francisco José.

Mais adeante, na mesma rua Direita, defronte da Igreja da Cruz dos Militares, viam-se oito estandartes fincados em terra, ligados uns aos outros, no alto, por grinaldas e flôres e cercados na base por lindas palmeiras. No meio dos estandartes, a "Aguia de duas cabeças", do escudo austriaco. Cada estandarte sustentava um medalhão bronzeado, com as seguintes palavras inscriptas seguidamente: *Bondade, Amabilidade, Doçura, Sensibilidade, Beneficiencia, Constancia, Espirito, Talento, Sciencia, Encantos, Graça, Modestia.*

Na base, em letras enormes, o distico: *Felicidade Publica.*

Toda a rua Direita, desde a ladeira de São Bento até á Capella Real, estava coberta de fina e alva areia, salpicada de flôres e plantas odoriferas. As pontas se ornaram com cortinas e colchas de seda de variadas côres. As frentes do Paço

Real e das casas fronteiras a elle se ornaram com cortinas de damasco carmezim. Era isso que se via tambem nas portas e janellas da Capella Real e da Capella da Ordem Terceira do Carmo.

A Capella Real tinha no seu interior um aspecto deslumbrante e magestoso, pois nesse dia 6 de novembro de 1817, ahi, deante do altar, o arcebispo-capellão mór iria dar a bençam aos dois recem-casados reaes. A's oito horas da manhã desfilou a tropa, tanto a de linha, como a de milicias, postando-se no logar de desembarque uma guarda de honra do batalhão n.º 15. Varios batalhões formaram alas, desde a sahida do Arsenal de Marinha até a porta da Capella Real, onde se postou outra guarda de honra. O 3º batalhão de caçadores, com dois outros de milicias, foram postar-se em S. Christovam, em cuja ponte se havia erigido um Arco de Triumpho. Na rua Direita, ladeira de S. Bento, morro do mesmo nome, dentro do Arsenal de Marinha, na ilha das Cobras, no largo do Paço, a multidão se espremia na curiosidade de apreciar o desembarque da princeza austriaca. A bahia, do lado do Arsenal, ficou coalhada de escaleres e barcos cheios de curiosos. Todas as janellas, desde a ladeira de S. Bento até o terreiro do paço, estavam ornadas de colchas adamascadas de varias côres e de-

bruçadas sobre ellas os bustos airosos das lindas cariocas, ataviadas com os seus melhores vestidos. Essas damas e senhoritas, que enchiam as janellas da ladeira de S. Bento e rua Direita, muniram-se previamente de flôres odoriferas que deveriam ser jogadas na carruagem da Princeza, quando por alli ella transitasse.

Estando as cousas assim dispostas para o desembarque, recepção e entrada publica da Princeza Leopoldina, ás 11 horas da manhã sahiu do Paço a rainha Carlota Joaquina, em grande estado. Iam adiante os batedores, seguiam-se os moços da estribeira, e o estribeiro menor. O primeiro côche conduzia os viadores reaes e os das princezas. O segundo côche, magnifico e vistoso, levava a rainha, com a princeza Maria Thereza e a infanta Isabel Maria. No terceiro, iam a princeza Maria Francisca Benedicta e as infantas Maria de Assumpção e Anna de Jesus Maria. No quarto, estavam as camareiras móres. No quinto, as damas de honor. E no sexto, as açafatas. Por fim, uma garbosa guarda de cavallaria. Pouco depois da chegada da Rainha ao Arsenal, appareceu o Rei, acompanhado dos Principes D. Pedro e D. Miguel, que viera, por mar, da Quinta da Bôa Vista, de S. Christovam, na galeota real, onde recebeu a Rainha e as princezas, rumando em se-

guida para a náo *D. João VI*, onde estava a filha do Imperador da Austria. Seguindo a galeota real, numerosos escaleres levavam os officiaes-móres do Reino, os Viadores, as damas do Paço e outras muitas pessôas da primeira grandeza da Côrte, bem como officiaes de Marinha.

Quer a fragata *D. João VI*, quer a *S. Sebastião* e *Austria*, todas ellas estavam embandeiradas. Os marinheiros, perfilados nas vergas, vivaram o rei na chegada. A esquadra e as fortalezas salvaram com os tiros de costume.

Ao atracar a galeota real com a fragata *D. João VI*, a princeza Leopoldina desceu pelo braço do Marquez de Castello Melhor, seguida dos seus viadores condes de Louzã e Penafiel, e das suas damas austriacas, as condessas de Huembourg, Barenteim e Londron.

A familia real recebeu na galeota a princeza Leopoldinna. O rei, a rainha e os principes offereceram-lhe riquissimas joias e deram-lhe os votos de bôa-vinda, entre abraços e beijos. Installada junto da familia real, foi arriado na fragata *D. João VI* o pavilhão real, içando-se no tópe, em logar delle, a bandeira austriaca, entre vivas e hurrahs, o que já se tinha feito, ao amanhecer, na corveta *S. Sebsatião*.

Era quasi duas horas da tarde quando a ga-

leota atracou no Arsenal de Marinha, passando todos para o Pavilhão Real. No momento em que D. Pedro tomou pela mão a princeza Leopoldina para leval-a, pelo braço, até o pavilhão, todos os navios e todas as fortalezas estrondaram os seus canhões, e todos os sinos de todas as igrejas bimbalharam alegremente, festejando o instante em que a princeza austriaca, pela mão do principe seu esposo, pisava, pela primeira vez, o sólo do Brasil.

Entre estrepitosos palmas e vivas, o rei, a rainha e os principes D. Pedro e D. Leopoldina subiram para o côche real, desfilando-se então o magnifico e portentoso cortejo.

Esse cortejo foi descripto pelo padre Luiz Gonçalves dos Santos, que o assistiu nesse dia 6 de novembro de 1817. E assim o descreve:

"Vinha adiante uma patrulha de Batedcres. Seguiam-se quatro Moços a cavallo, e os Azemeis, cobertos de velludo carmezim. Logo depois, os Timbaleiros com atabales. Todos a cavallo, agaloados de ouro, coletes azues, agaloados de prata. Seguiam-se immediatamente oito Porteiros da Cana. Os dois dianteiros com canas, os mais com maças de prata ao hombro. Vinham vestidos de casacas pretas, com capas da mesma côr. E tudo era de seda. Atraz delles vinham os Reis

d'Armas, Arautos, e Passavantes, vestidos com armaduras de seda ricamente bordadas. Marchava em um soberbo cavallo o Corregedor do Crime da Côrte. Trazia a beca, a vara alçada, o chapéo de plumas na mão. Acompanhavam-no dous Criados da Casa Real, a pé. Após o Corregedor seguiam-se noventa e tres carruagens, todas de quatro rodas, puxadas a dous e a quatro. As primeiras conduziam os do Conselho d'Estado, as ultimas os Bispos e Grandes do Reino. Levada cada huma dous Criados á portinhola, muito bem fardados, segundo a variedade das librés dos seus Amos, trazendo todos plumas brancas nos chapéos, que levavam nas mãos. Esta extensa fila de carruagens, todas mui aceadas, e ricas, puxadas por soberbos machos enfeitados com plumas e fitas, por longo espaço de tempo entreteve com prazer os espectadores pela sua brilhante vista. Mas o que era Estado da Casa Real, isto sim, surprendia pela sua grandeza e magnificencia. Estadeouse nesta Côrte, pela primeira vez, com todo o esplendor. Vinham tres côches da Casa Real. O primeiro levava os Guarda-Roupas; e os outros os Estribeiros Móres, os Mordomos Móres, os Camaristas, os Viadores. Cada um destes côches era puxado a seis, acompanhados de quatro Criados a pé. O que occupava o ultimo lugar tinha

mais dous Moços da Estribeira ao lado das portinholas. Seguia-se o Tenente da Guarda Real e o Estribeiro Menor, ambos a cavallo, cada um assistido de dous criados a pé.

Via-se então o côche de el-rei. Era forrado de veludo carmezim. Este a todos sobrepujava em riqueza e magnificencia. Era tirado por oito formosissimos cavallos com arreios de veludo e ouro. De cada lado tinha uma ala de Moços da Camara a pé, e descobertos. Pela parte de fóra destes, iam os Archeiros com a suas alabardas; e mais por fóra ainda, quatro Moços de Estribeira, ricamente fardados. Ao pé do Real côche, de cada lado, iam a cavallo dous Ferradores com pastas. Junto de cada cavallo, um Criado a pé.

Este riquissimo côche conduzia os consortes e Suas Magestades. A Serenissima Senhora Princeza Real vinha assentada á frente, ao lado do Augusto Esposo. Sua Alteza Real vinha encantadoramente vestida de seda branca, bordada de prata e ouro, e riquissimamente ornada de brilhantes; um finissimo véo de seda branca, que da cabeça pendia sobre o rosto, realçava a belleza do seu Real semblante. Em seguida, noutro soberbo côche, forrado de veludo verde, vinha o Serenissimo Senhor Infante D. Miguel e as Serenissimas Senhoras Princezas. Em outro, igualmente so-

berbo, o qual era forrado de seda ouro, vinham a Serenissima Princeza, e as Infantas. Immediato ao côche de Suas Magestades, trotava o Capitão da Guarda Real, o Excellentissimo Marquez de Bellas, seguido de varios Criados a pé. Seguia-se atrás o magnifico côche do Estado, puxado a oito, com oito Criados a pé. E fechavam este pomposissimo acompanhamento os côches das Camareiras Móres, das Donas de Honor, das Damas Açafatas. Ia ao lado do côche das Damas um Moço da Camara, a cavallo, servindo de Guarda-Damas, acompanhado de um Criado a pé, com telis encarnado no braço.

Ao passarem Suas Magestades e Altezas Reaes por baixo do primeiro arco, fronteiro ao Arsenal, dous lindos Meninos, ricamennte vestidos, que estavam em pé sobre os pedestaes das columnas, um com os emblemas do Amor, outro com os do Hymeneo, apresentaram a Suas Altezas Reaes uma grande corôa de flores artificiaes, delicadamente dobrada. Esta corôa, no momento da passagem, desceu da aboboda do arco, donde estava suspensa: ao mesmo tempo, sobre o Real Côche esparziram-se nuvens de flores naturaes. Parou depois o côche por baixo do segundo arco. Nesse instante voaram grandes volutas de aromas, que se queimavam em dois vasos, ao mesmo

tempo que cahiam chuveiros de flôres da abobada, das varandas e das janellas das casas visinhas. Penetrou depois o Real Côche, por entre as verdes palmas do terceiro monumento, sob vivas e applausos que nunca mais cessaram até a Real Capella, onde chegou o côche. Seriam tres horas da tarde.

Por entre vivas e applausos, desceram do côche Suas Magestades e o Serenissimo Senhor Principe Real, que immediatamente deu o braço para descer á sua Augusta Esposa. Apearam-se dos seus respectivos côches o Serenissimo Senhor Infante D. Miguel e as Serenissimas Senhoras Princezas e Infantas. Assim entrou El Rei Nosso Senhor, com toda a Real Familia, para dentro da Egreja. Seguiram-n'o a Côrte, os Bispos, a Nobreza, o Senado da Camara. Rompeu immediatamente a grande orchestra da Real Capella Mór, onde havia um riquissimo Solio de lustrina de ouro encarnado. Debaixo do docel estavam dez cadeiras, nas quaes El Rei, e as mais Pessoas Reaes se sentaram. O Bispo Capellão Mór subiu ao seu Solio, e o Cabido tomou logar na quadratura. Feito um breve repouso, o Mestre de Ceremonias deu o signal. Levantaram-se todos. O Serenissimo Senhor Infante tomou pela mão o Serenissimo Senhor Principe Real. A Rainha Nossa

Senhora pegou na mão da Serenissima Senhora Princeza Real. E foram apresentar os Augustos Desposados ao Bispo para lhes lançar as Bençãos Nupciaes. Puzeram-se então Suas Altezas Reaes de joelhos, sobre almofadas, diante do Altar. E Sua Excellencia deu as Bençãos, em canto festivo."

*

*   *

Depois da bençam nupcial, dirigiu-se a familia real para o Palacio de S. Christovam, onde se preparara, com uma magnificencia asiatica, o quarto nupcial da princeza Maria Leopoldina Josefa Carolina de Bourbon Habsburgo e Bragança.

E foi ajoelhada, deante do seu leito nupcial, afogada em soluços convulsivos, em pranto copioso, que D. Pedro foi encontrar a esposa nessa primeira noite de casamento, perguntando-lhe:

— Por que choras, Leopoldina?

E ella, em voz suffocada, apenas poude balbuciar:

— Não sei porque. Só Deus o sabe...

E' que ella adivinhára, como diria cem annos depois um chronista brasileiro, que naquelle dia começava o seu calvario no Brasil, destinada a

ser "a mais humilhada e a mais desgraçada" das mulheres que passaram pela Côrte do Rio de Janeiro.

RUGIDOS DE AMOR

ARGUMENTO HISTORICO:

— *"Diziam as camareiras de D. Leopoldina que D. Pedro escandalizara a esposa com brutalidades amorosas na noite nupcial. Diziam ainda mais que D. Pedro surprehendera D. Leopoldina com uma carta carinhosa do Marquez de Marialva; que a Princeza confessara adorar o Marialva, e que por isso D. João VI ameaçou o Marquez com a pena de morte si puzesse os pés no Rio de Janeiro."*

(Clemente de Oliveira).

— * —

O Dr. Alcides Bezerra, director do Archivo Publico Nacional, escreveu numa de suas publicações:

"*A primeira palavra que D. Leopoldina ensinou á filha Maria da Gloria* (a primogenita) *a pronunciar, foi: Marialva. E isto diz tudo*, conclue o Dr. Alcides Be-Bezerra."

No dia 7 de novembro de 1817 a condessa de Huembourg, camareira e confidente da princeza, dizia maliciosamente:

— Alteza, como é parecido com o Marquez de Marialva o principe D. Pedro....

— Parecido apenas no corpo. Tive esta noite a impressão de que me casei com um almocreve.

— Um almocreve?

— Peor do que um cocheiro de Vienna. Meu marido, querida condessa, é simplesmente brutal.

— Brutal?

— Mais do que brutal, é selvagem, animalesco.

— Mas elle é um principe...

— De principe somente tem o nome. Encontrou-me na alcova nupcial, numa crise de nervos. Eu chorava.

— Chorava?

— Sim, chorava, chorava de saudades dos meus, saudades de Vienna, saudades da minha pa-

tria, de tudo que ficou lá do outro lado do Oceano. Chorava cheia de presentimentos terriveis. Entrou meu marido e me perguntou brutalmente: "Por que choras, Leopoldina?" Respondi-lhe que não sabia porque chorava. Então elle me agarrou pela cintura, arrancou-me o vestido, atirou-me na cama, e rindo, rindo como um louco, rindo como um demonio, sem me dizer uma só palavra de amor, beijava-me por toda a parte, mordia-me as carnes, comprimia-me entre os seus braços possantes, e aos meus gritos de dôr elle sempre ria, ria brutalmente, diabolicamente, deixando que sobre minha bocca escorresse uma baba nojenta que escorria da sua bocca, machucando-me, magoando-me, offendendo-me com a sua furia bestial, com a brutalidade de um amor que nunca suppuz fosse possivel entre sêres humanos. E o Marialva que me dizia: Vá ao Brasil, princeza, vá que D. Pedro é um Marialva de vinte annos.

— A proposito, o Marquez de Marialva me deu uma carta para lhe entregar no dia em que Vossa Alteza pizasse em terra brasileira. Não lh'a pude entregar hontem, porque não quiz perturbar a sua noite de nupcias....

D. Leopoldina estremeceu. Um sorriso de alegria desabrochou nos seus labios machucados.

— O Marialva lhe deu uma carta para me entregar quando chegasse ao Brasil?

— Sim, Alteza. Aqui está ella.

Recebida a carta, quebrado o lacre azul com as armas dos Marialvas, D. Leopoldina, sentando-se na cama, beijou o que o seu adorado amigo escrevera para ser lido de longe. E depois de beijar a carta do Marialva, leu:

— Minha excelsa Princeza. Quando, em Liorne, Vossa Alteza me pediu que lhe désse um beijo de despedida, um beijo igual ao que lhe dei no Parque das Rosas, eu puz nesse beijo uma scentelha do nosso grande amor, desse amor immenso, infinito, celestial, que um homem de quarenta annos poude sentir por uma menina de dezenove, desse amor platonico e delicado que nos fez felizes em nossos passeios no Parque das Rosas do Palacio de Shönbrunn, nas tardes deliciosas da primavera que já acabou. Eu senti, Alteza, com a pratica de uma vida toda ella dedicada ás aventuras do coração, que Vossa Alteza correspondia ao sentimento que me despertou na alma uma doçura jamais sentida. Que era eu quando conheci Vossa Alteza? Um velho e experimentado caçador de corações. Um aventureiro de amôres, de prazeres, de sensações perigosas. E depois?

Depois daquella tarde de Março, em que me perturbei, em que fui vencido pela sua mocidade, pela sua alegria, pela sua ternura, pelos seus encantos, embriagado pelo perfume das rosas, impellido pela impetuosidade do meu sangue, depois daquella tarde môrna de março, eu me senti transformado. Eu a amei, amei com desespero, amei com torturante angustia, porque teria de suffocar e occultar esse amor desesperado, porque a minha honra me prohibia esse amor. E foi por isso que recusei a procuração de casamento que me mandara D. Pedro, transferindo-a ao archiduque Francisco Carlos; e foi por isso que sinceramente lhe declarei não acompanhal-a ao Rio de Janeiro. Vossa Alteza, ao ler esta carta, já estará nos braços do seu esposo, do Principe que em nome é filho de D. João VI, porém que saberá agora ser em verdade um... Marialva. D. Pedro é meu filho. E si D. Pedro não fosse meu filho, Alteza, eu teria acceitado o seu alvitre, em 1° de maio, doze dias antes do casamento, para nos casarmos secretamente, como o fez sua irmã mais velha Maria Luiza, com o conde de Neipperg. E o seu casamento se desfaria com D. Pedro. Mas D. Pedro é meu filho. Eu amei a rainha Carlota quando ella apenas tinha 15 annos de idade. Desse amor surgiu esse principe que é hoje o seu esposo.

Faça-o feliz. Seja feliz com elle. Continuarei a amal-a de longe, vel-a-ei sempre a meu lado, no retrato que me deu em Vienna, e na sua imagem que ficou nos meus olhos. Quando eu morrer, Alteza, morrerá o ultimo Marquez de Marialva, desses Marialvas terriveis no amor, pronunciando com devoção o seu nome adorado, dizendo-lhe o supremo adeus. Eu estou convencido, Alteza, que despertei no seu coração um sentimento impetuoso. Talvez fosse a quentura do meu amor que se alastrasse até a sua alma. Esse amor incendiou os nossos corações. Que o Oceano Atlantico, na immensidade de suas aguas, apague, si é que o póde, essas labaredas que nos queimam e nos torturam. E ame D. Pedro, ame-o bastante, ame-o com aquelle amor escaldante que disse ter sido despertado por meus labios nos beijos de Schönbrunn. E amando D. Pedro, esteja certa que estará amando o Marquez de Marialva, porque o sangue delle é o meu sangue. Nunca mais nos veremos, minha adoravel princezinha, senão em sonhos. E mesmo sonhando com o seu devotado Marialva, ame D. Pedro, porque D. Pedro é Marialva. Beija-lhe a mão o seu eternamente — *Marialva.*

*

* *

A princeza Leopoldina entregou a carta á sua confidente, condessa de Huemberg, dizendo-lhe:

— Veja que homem... veja que homem... Em Vienna, eu quiz casar-me com elle, fugindo do Palacio, abdicando as minhas prerogativas de realeza, para ser somente delle, somente delle. Quiz desistir do casamento com D. Pedro. Queria ir com o Marialva para onde elle quizesse, e elle sempre me respondia: impossivel. Eu o amo tanto, meu Deus! Quiz ser a Marqueza de Marialva para não ser a Princeza Real de Bragança, e elle não quiz. Os Marialvas acabarão em mim, respondia elle. E beijava-me, beijava-me com beijos que me enlouqueciam de amor. E agora, condessa, quer que o ame nesse principe brutal que manifesta o seu amor com a bestialidade de caprinos, com a perversidade dos felinos, que arranham e mordem quando amam...

E atirando-se no leito, a princeza Leopoldina procurava abafar os seus soluços nas macias almofadas cobertas de finissimas rendas de Hollanda, que se humedeciam com as suas lagrimas.

COMO NASCEM OS PRINCIPES

ARGUMENTO HISTORICO:

Este capitulo foi tirado do "Protocollo de nascimento dos principes da Casa de Bragança".

O povo do Rio de Janeiro fôra avisado de que D. Leopoldina iria dar um herdeiro aos Braganças. E' que, como se convencionara, voou para os ares uma girandola de foguetes soltada do Paço de S. Christovam, logo correspondida por outra do Morro do Castello. A esse signal se prepararam os Ministros de Estado, os Conselheiros e os Grandes do Reino. Cinco horas depois já se achavam em S. Christovam Ministros, Conselheiros e Nobres. A's tres horas da tarde de 4 de abril de 1817 subiram para o ar, duas do Paço e duas do Morro do Castello, as girandolas que annunciavam ser uma menina a criança real que acabara de nascer. Repicaram festivamente todos os sinos e as fortalezas, bem como os navios de guerra estrondaram com as salvas do estylo.

*
* *

No Paço de S. Christovam se verificaram as disposições protocollares.

Logo que D. Leopoldina sentiu as suas dôres, foram fechadas e selladas pelo camareiro-mór do reino todas as portas e janellas que davam para o aposento da parturiente, com excepção da que se communicava com a ante-camara, onde se achavam os Ministros, Conselheiros e Grandes do Reino. Depois dessa cerimonia, o Primeiro Ministro do Reino fez a verificação do sello e voltando-se para todos os presentes, declamou em alta voz:

— Em nome de el-rei, eu vos declaro que estão cortadas todas as ligações da Camara Real com o mundo exterior, excepção feita da entrada, que estaes vendo! Si ha quem duvide, que proteste em tempo.

Ninguem protestando, os circumstantes esperaram a chegada de el-rei, que pouco depois dava entrada na ante-camara, saudado por todos.

A's tres horas e 10 minutos ouviu-se na alcova real, cuja porta se achava semi-cerrada, uns guinchos de criança recem-nascida. A Camareira-mór abriu então a porta de par em par e annunciou:

— Real, real, real, o reino tem mais uma princeza!

E os presentes, a uma voz, rodeando o rei, curvaram-se, dizendo:

— Deus abençôe a princeza.

Em seguida, acompanhado dos Ministros de Estado, dos Conselheiros, Grandes do Reino e Corpo Diplomatico, penetrou el-rei na vasta camara, em cujo centro se achava acamada a princeza, e beijou-a na testa.

D. Leopoldina, com o corpo rodeado de cambraia bordada, ainda se ligava ao corpinho da filha recem-nascida pelo cordão umbellical, que se via surgir da brancura dos lençóes.

O medico assistente, que era o Dr. Guimarães Peixoto, apresentando a el-rei uma tesoura de cabo de ouro, cravejado de brilhantes, disse-lhe:

— Saiba Vossa Magestade que Deus acaba de dar ao reino uma princeza...

El-rei, tomando da tesoura, levantou-a no ar e proclamou:

— Seja bemvinda a princeza que Deus envia á Casa Real de Bragança.

Todos os presentes repetiram:

— Seja bemvinda...

Então el-rei, deante de todos, baixou a tesoura e cortou o cordão umbellical que ligava a criancinha á mãe. Immediatamente a camareira-mór do reino collocou a recem-nascida numa grande salva de prata e passeiou com ella em tor-

no da cama da parturiente, dizendo quatro vezes, á medida que ia alcançando os cantos da Camara:

— A princeza real!

E os grupos aos quaes foi apresentada a menina recem-nascida, proclamarem em côro:

— Bemdita seja a princeza...

Terminada esta cerimonia, a criancinha foi entregue á mãe, que a recebeu e a beijou deante de todos, murmurando:

— Recebo minha filha para a Gloria de Deus e da Casa Real de Bragança.

Então el-rei sahiu, acompanhado pelos Ministros, Conselheiros, Corpo Diplomatico e Grandes do Reino. Fechou-se a porta da Camara e abriram-se as janellas, rompendo-se os grandes sellos brancos, targeados de azul.

E então, numa bacia de ouro, a camareira-mór lavou com agua aromatisada a princezinha recem-nascida...

*

*   *

Lá fóra os canhões das fortalezas e os navios de guerra trovejavam os seus canhões, emquanto os sinos bimbalhavam, cantando no espaço, ao troar dos canhões, a alleluia festiva de um nascimento real.

UMA BORBOLETA NUM CHIQUEIRO

ARGUMENTO HISTORICO:

Na sua riquissima collecção de autographos, o millionario Alberto Lamego, usineiro de assucar em Campos, historiador notavel e ao mesmo tempo bibliophilo apaixonado, tem uma carta da princeza Leopoldina ao Marialva, dizendo-lhe, entre outras cousas, que o primeiro nome que ensinará á filha é o de *Marialva*, e participa-lhe que já está gravida outra vez, esperando que dessa vez seja um menino.

— * —

Clemente de Oliveira, o jornalista e chronista desabusado do 1° Imperio, assassinado no largo da Carioca em 1831 pelo irmão do duque de Caxias, descreveu os escandalos da Côrte do Rio, no "Brasil Afflicto" e "Tumores dos Braganças".

Disse elle que D. Leopoldina fazia questão fechada que a menina, sua primeira filha, se chamasse Maria Alba da Gloria e que o primeiro filho se chamasse Pedro. Maria Alba (Marialva). Pedro, era o nome de baptismo, tanto do Marialva como do marido. D. Pedro, porém, se oppoz a isso. A primeira filha se chamou Maria da Gloria e o primeiro filho foi João.

A princeza Leopoldina, desde que puzera pé no Brasil, não se esquecera do seu grande amigo de além-mar, o Marquez de Marialva.

Marialva era o seu "beguin". Apezar de mais velho do que ella, cerca de vinte annos, o marquez era, como dizem os italianos, um "galan-t'uomo", de apparencia moça, elegantissimo, deli-cado, intelligente, captivante, engraçado. E a des-ditosa princeza austriaca, alegre, educada, joven, veio encontrar uma côrte installada numa cidade-zinha colonial, como era o Rio de Janeiro daquel-la época. A fidalgaria quasi toda analphabeta, brutal, estupida, devassa. O principe D. Pedro, estabanado, ignorante, bruto, pouco ligando á es-posa, procurando nos lugares escusos amôres du-vidosos de gente de toda a casta, brancas, mulatas e até pretas. Era um animal

Um viajante francez que por aqui passou disse ser elle um *perfeito*... almocreve.

Que differença do Marquez de Marialva, fi-dalgo "*rafinné*" nas galanterias de Paris!

E foi pensando nisso que D. Leopoldina escreveu ao amigo saudoso, participando-lhe o nascimento de sua primeira criança, que, dizia ella, aprenderia a dizer, antes de "mamãe" e "papae", o nome bem-querido de Marialva.

*

* *

— Sr. Marquez, ora graças, dizia ao Marialva, no Palacio Rovelle, de Paris, o velho mordomo Rodrigo.

— Que ha de novo, meu velho? retrucou, espreguiçando-se, ainda recostado no leito, o Marialva.

— Uma carta do Rio de Janeiro, com o sinete da princeza Leopoldina.

O Marquez, ao ouvir o nome da princeza, pulou da cama e, vestindo o *robe de chambre*, com a carta na mão, chegou-se a uma das janellas que se abria para o jardim perfumado do palacio dos duques de Rovelle, e leu, offegante de contentamento e emoção:

— "Meu querido Marialva.

Tuas deliciosas cartas me enchem de alegria e prazer, assegurando-me que estás bom de saude e que sempre te lembras daquelles momentos en-

cantadores e deliciosos que passei em tua companhia, na encantadora e sempre lembrada Vienna dos meus sonhos e dos meus amôres. Bem quizera eu voltar a esses dias adoraveis. Agradeço-te de coração as noticias que mandaste das pessôas amigas do velho mundo, inesquecivel para mim.

Pedi á condessa de Cavalleiros que preparasse para vos mandar uma caixinha de lindas borboletas cariocas, apanhadas por mim mesma nas mattas da Tijuca. E' o presente que me lembrei de te offerecer no dia de teu anniversario. Borboletas multicôres, lindas como os meus sonhos de amor em Vienna, mortas e resequidas como elles se acham hoje, com a minha vida ligada a um marido e a um paiz incultos. Em uma de tuas cartas pediste que eu te amasse, amando D. Pedro. E eu o tenho amado, meu querido Marialva, sendo por elle desprezada. E elle vae indo muito bem de saude, e.... *muito bem* com as suas loucas aventuras amorosas. Que hei de fazer? E' o meu destino. Cumpra-se.

Participo-te que tive uma filhinha, baptisada com o nome de Maria Alba da Gloria. Meu marido impugnou o segundo nome e quiz que ella se chamasse apenas Maria da Gloria. Appellei para meu sogro e elle, sorrindo, decidiu assim: pois que seja Maria da Gloria para o pae e Maria Alba

para a mãe. Cada um que a chame como quizer. Juro-te que o primeiro nome que lhe ensinarei será o teu, que é o della tambem: *Marialva* = Maria-Alba.... e que ella te amará tanto quanto eu, que te quero muito pelo coração e pelo espirito.

Participo-te que já estou gravida pela segunda vez, de mezes, e tenho feito muitas promessas para que seja um menino que tanto desejo. Si fôr menino, elle terá o teu nome, que é tambem o do pae: *Pedro*. Entretanto, o meu esposo quer que o primeiro filho se chame João Carlos. Mas hei de fazer prevalecer a minha vontade. Ha de se chamar Pedro!

Adeus, meu querido Marialva, e pódes estar certo que ainda sou, pela dedicação e estima, a tua — *Leopoldina.*"

*

* *

Marialva leu a carta da princeza e depois, com os olhos cheios de lagrimas, balbuciou:

— Coitadinha... como Deus foi inexoravel para com essa menina de sangue azul. Prendeu num chiqueiro, que é a côrte do Rio, a mais linda borboleta de Vienna, essa adoravel e ingenua Leopoldina.

A MATANÇA DO LARGO DO COMMERCIO

ARGUMENTO HISTORICO:

O episodio da matança do largo do Commercio na madrugada de 8 de Março de 1821 vem descripta em todos os historiadores. O que nem todos dizem é que foram o marquez de Marialva e D. Pedro que commandaram os soldados que dissolveram a Assembléa do povo brasileiro.

— • —

— *"O Marquez de Marialva, demittido do cargo de embaixador em Paris, estava no Rio em* 1821, *quando houve a dissolução da Assembléa no largo do Commercio, em* 8 *de Março, pela madrugada. Era muito sabido que foi o Marquez de Marialva quem assumiu o commando das tropas que metralharam o povo, tendo ao seu lado o principe D. Pedro."*

CLEMENTE DE OLIVEIRA — "*Brasil Afflicto*".

Rebentara em 1820, instigada pela Maçonaria, a famosa revolução liberal do Porto, que logo dominou Portugal inteiro. Um dos seus primeiros actos foi demittir do cargo de embaixador em Paris o Marquez de Marialva, tido como absolutista, e exigir a volta de D. João VI para Lisbôa.

Demittido, o Marquez rumou para o Rio de Janeiro e aqui se achava junto do rei quando se deu a famosa Assembléa do largo do Commercio.

O rei mandara construir um verdadeiro palacio para o Corpo do Commercio do Rio de Janeiro. No salão desse edificio, situado na rua Direita, chefiados por Gonçalves Ledo, José Clemente e outros, reuniram-se os negociantes e politicos da Capital. O rei annunciara a sua partida para Lisboa. O povo queria que elle proclamasse

a Constituição Espanhola, até que se fizesse uma adequada ao paiz. Exigia mais que elle não sahisse do Rio de Janeiro, nem transferisse a Côrte para Lisbôa. Uma deputação do povo foi ao quartel general do commando das armas e com alguns officiaes tomaram providencias para, pela força, evitar o embarque da familia real, marcado para o dia seguinte. E essa gente, agglomerada no largo do Commercio e dentro do edificio da Bolsa dos Mercadores, se declarou em Assembléa Nacional, succedendo-se os discursos até madrugada.

D. João VI, afflicto, não sabia o que fazer. Amedrontava-o tudo aquillo.

A's 2 horas da madrugada appareceram no Paço os representantes do povo com uma intimação.

O povo e tropas do Rio se opporiam, até pelas armas, á volta de D. João VI para Portugal.

As princezas choravam. O rei tremia. Então a princeza D. Leopoldina, chegando-se ao Marialva, perguntou-lhe:

— Você não é brigadeiro do exercito portuguez, Marialva?

— Sou, princeza.

— E qual é a sua attitude?

— A de um Marialva. Vae vêr.

E sahiu.

Sahiu, foi á casa do general Xavier, seu amigo, pediu-lhe uma farda emprestada e, apertado naquella farda de emprestimo, foi ao quartel general. Alli se achava de promptidão, para impedir a partida de el-rei, um batalhão de infantaria, sob o commando do major Albornoz.

— Major, disse o Marquez de Marialva, para que essas tropas de promptidão?

— Para impedir a partida de el-rei.

— Pois esse batalhão fica sob as minhas ordens.

— Mas, sr. Marquez...

— Eu sou brigadeiro do Exercito Portuguez. Não discuta as minhas ordens. Assumo, neste instante, o commando das armas do Quartel General. Em nome do rei, obedeça-me.

E assim, á frente do batalhão, marchou para o largo do Commercio. Ao defrontar o povo, este proromspeu em vivas ao Exercito.

Marialva commandou:

— Preparar, armas. Fogo.

Uma descarga, duas descargas, tres descargas, e o largo do Commercio ficou juncado de cadaveres e feridos. Por todos os lados corria gente. Os que se achavam dentro do edificio, fecharam as portas. Os que estavam fóra, corriam para todos os lados.

— Bayoneta calada, ordenou o Marquez de Marialva.

E o batalhão, de bayoneta calada, arrombou a porta da Bolsa dos Mercadores, e a pontaços, poz aquella gente em fuga. Fuga por onde? Pelas janellas. E pelas janellas que davam para a bahia. E nas aguas do mar se precipitavam os fugitivos, morrendo afogados os que não sabiam nadar.

Acabado o morticinio, o Marquez notou que se approximava delle, offegante e com salpicos de sangue na roupa, um paisano, que se batera valetemente contra o povo, ao lado dos soldados.

E ao clarão da lua elle reconheceu o principe D. Pedro.

— Oh! Vossa Alteza aqui?

— Aqui, em defesa do Rei.

— Alteza...

— Marialva, disse D. Pedro, eu sei que sou de tua raça. E querias que um Marialva pelo sangue, embora Bragança pelo nome, ficasse no Paço chorando com as mulheres?

E abraçaram-se alli, naquella praça cheia de cadaveres e feridos, ás tres horas da madrugada de 8 de Março de 1821, o pae e o filho, ambos valentes, ambos Marialvas, um principe, outro marquez.

Nesse dia 8, pelas 10 horas, era D. Pedro proclamado Principe Regente do Brasil, e o Marquez de Marialva, acompanhando o rei, velejava para o velho mundo, dizendo o derradeiro adeus áquella princezinha austriaca que elle amava e que era amado por ella, porém separados para sempre por um casamento infeliz. E como poderia elle trair D. Pedro, que era o seu filho? Si D. Pedro não fosse seu filho, outro teria sido o seu destino e o de D. Leopoldina. O amor lhes teria dado a mesma audacia que teve a princeza Maria Luiza, irmã de D. Leopoldina, para se casar com um conde, contra a vontade do seu imperador e pae. E Maria Luiza tinha sido imperatriz dos francezes.

O PEDIDO DA IMPERATRIZ

ARGUMENTO HISTORICO:

Os documentos referidos neste capitulo são authenticos e já foram publicados por Assis Cintra no livro "O grito do Ypiranga", esgotado ha dez annos.

A proclamação da Independencia em 7 de Setembro de 1822 repercutira em Lisbôa como si fôra uma bomba. As côrtes assanharam-se contra D. Pedro e prepararam uma esquadra e um exercito para partirem para o Brasil e prenderem o Principe Regente. A Santa Alliança offereceu os seus prestimos a D. João VI, navios, soldados, armamentos e dinheiro para se jugular a revolta do filho contra o pae. Era essa a situação do Brasil, quando o Marquez de Marialva recebeu em Paris uma carta da Princeza Leopoldina, já proclamada Imperatriz. Dizia a Imperatriz ao amigo de além-mar:

— *Marialva.* Estou passando os dias mais angustiosos de minha vida. O barão de Marshal, ministro de meu pae, o imperador da Austria, me communicou hoje de manhã que a Santa Alliança vae pôr um exercito á disposição de Portugal para guerrear o Brasil. Imagine que eu terei de assistir ao esmagamento do povo que me accla-

mou Imperatriz. E serei guerreada por quem? Por meu pae, o Imperador da Austria; por meu sogro, o rei de Portugal. D. Pedro está disposto a lutar e a morrer pela causa que abraçou, que é a do Brasil. Eu te peço, meu querido Marialva, que com a amizade que fizeste com o Principe de Metternich, vás a Vienna e te entendas com elle, intercedendo pelo Brasil; que vás a Londres, e com a tua habilidade ponhas a Inglaterra ao nosso lado. Si conseguires com Lord Canning, em Londres, e Metternich, em Vienna, pelo menos a neutralidade, o Brasil estará salvo, porque sem approvação dos gabinetes de Londres e Vienna, a Hespanha, a Russia, a Prussia e a França abandonarão Portugal, e Portugal sózinho não vencerá o Brasil. Eu espero que com a tua costumeira habilidade e intelligencia conseguirás neutralizar a actuação da "Santa Alliança" contra nós. Mando-te com esta o relatorio da viagem que D. Pedro fez a S. Paulo, a proclamação aos paulistas e uma copia da carta que meu marido escreveu ao seu pae, o rei de Portugal. Por esses documentos verificarás a gravidade da situação. Por emquanto só encontramos resistencia na Bahia com o general Madeira, que está renitente. Si elle receber reforços de Portugal e da Santa Alliança, eu e D. Pedro estaremos perdidos. O meu

destino está em tuas mãos. O meu e o de D. Pedro. O que será de nós si fôrmos vencidos? O Brasil será esmagado, escravisado, e nós desherdados, exilados talvez para a Africa. Quero que faças o milagre que eu e D. Pedro esperamos de tua dedicação e amizade a nós ambos. Lembranças de tua, como sempre, *Leopoldina.*

*
* *

Acabada a leitura da carta, o Marquez de Marialva passou a lêr os documentos que chegaram juntos.

Pegou no primeiro, que era o relatorio do alferes Francisco de Castro Canto e Mello, e com acurada attenção, vagarosamente, leu as peripecias do sete de setembro:

— "Alguns dias demorou-se D. Pedro em S. Paulo, recebendo a obsequiosa e magnifica hospedagem que lhe haviam preparado o brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão e o coronel Antonio da Silva Prado. Em 5 de setembro dirigiu-se para Santos, acompanhado pelo mesmo sequito com que chegara a S. Paulo e mais o brigadeiro Jordão. Chegando ao Cubatão, D. Pedro ordenou ao brigadeiro que voltasse do caminho, con-

duzindo officios que deveriam ser remettidos, quanto antes, ao Ministro do Reino; e, como levasse eu, ao regressar no dia 7, a noticia de que o major Antonio Ramos Cordeiro, vindo do Rio de Janeiro, se achava em S. Paulo, sendo portador de despachos do Governo de Portugal e officios importantes, e dando disso parte a D. Pedro, em caminho, onde o encontrei, na tarde desse mesmo dia, já no lugar denominado **"Moinhos", resolveu** apressar a marcha, em que vinha para a Capital, e o fez adiantando-se algum tanto dos que o acompanhavam. Ao chegar ao alto da colina proxima do Ypiranga, a tres quartos de legua da cidade, encontrou-se o Principe com o Major Cordeiro, de cujas mãos recebeu os officios e cartas que lhe eram enviados pela Princeza Real e por José Bonifacio.

Lendo-os, teve conhecimento das intenções das côrtes portuguezas e, communicando-as aos que o rodeavam, depois de um momento de reflexão, bradou: — "E' tempo!... Independencia ou Morte! Estamos separados de Portugal!"

Em acto continuo, arrancando o laço portuguez que trazia no chapéo, o arrojou para longe de si, e desembainhando a espada, elle e os mais presentes prestaram o juramento de honra, que

para sempre os ligava á realização da idéa generosa de liberdade.

A esse tempo vinham ainda a alguma distancia alguns companheiros de viagem, ordenando-me o Principe que os fosse encontrar, e lhes annunciasse a resolução tomada naquelle momento.

Dirigimo-nos todos para a cidade de S. Paulo, a galope. Ao passar o sequito pelas ruas da Gloria e Santa Thereza, foi tão feliz nova por mim communicada ao padre Ildefonso e ao coronel Prado, que se achavam á janella, os quaes, respondendo ás alegres saudações, que acompanhavam os recem-chegados, a estes se dirigiram logo, para melhor se informarem do que havia occorrido. Chegando ao palacio, fez immediatamente o Principe, em papel, um molde da legenda — "Independencia ou Morte" — a qual, sendo levada por mim ao ourives Lessa, á rua da Bôa Vista, serviu para que ás 6 horas dessa tarde estivessem promptas as duas legendas com que o Principe e eu nos apresentámos no theatro. Os da guarda de honra e muitos outros traziam no braço laços de fita verde. Neste interim compoz D. Pedro o hymno da independencia, que na mesma noite devia ser, como foi, cantado no theatro. Logo que o Principe chegou ao camarim, e foram

por mim corridas as cortinas, o alferes Thomaz de Aquino Castro e o padre Ildefonso Xavier Ferreira gritaram: — Independencia ou Morte! — o que foi repetido por todo o povo, com enthusiasticos e prolongados vivas. Neste momento o enthusiasmo do povo chegou ao delirio, e por longo espaço foi tal a confusão e o rumor, que mal se podia distinguir o que havia. O povo, em massa, como um só homem, saudava nos transportes da mais intensa alegria o glorioso acto da nossa emancipação politica.

Fez-se, afinal, ouvir o hymno, no qual tomaram parte o Principe, D. Maria Alvim, D. Rita de Aquino e outras senhoras. Em seguida Thomaz de Aquino bateu palmas e recitou uma poesia, concluindo nos seguintes versos por acclamar o Principe Imperador do Brasil:

— "Será logo o Brasil mais que foi Roma,
Sendo Pedro seu primeiro Imperador!"

De todos os lados proromperam alegres saudações, correspondendo a tão auspiciosa acclamação. Houve vivas á lembrança de Thomaz. Logo depois foi este, de ordem do Principe, por mim chamado ao camarim, e alli se dignou Sua Alteza de testemunhar-lhe, com graciosas expressões, o

agrado com que tinha assisitdo ás suas patrioticas manifestações. Houve ainda outras poesias recitadas por diversos, em cujo numero uma sobre o mote — "Independencia ou Morte" — attribuida á Sua Alteza, e outra do Dr. Secretario Manuel da Cunha, cujo mote era o seguinte:

— *"Ou ficar a patria livre,*
Ou morrer pelo Brasil."

Tres dias depois partiu D. Pedro para a Côrte, onde chegou com cinco dias de jornada, tendo antes se despedido de seus bons amigos de S. Paulo com a conhecida proclamação de 8 de Setembro."

Acabando a leitura do relato da jornada de 7 de Setembro, o Marquez de Marialva quedou-se um instante pensativo, e murmurou depois:

— Positivamente, este Marialva degenerou. Trahir o seu rei e pae, trahir a sua patria, é uma villania que um Marialva legitimo não seria capaz de fazer. Esse rapaz sahiu pela mãe, não ha duvida.

Depositando o relatorio do alferes Castro em cima da sua mesa, leu em seguida o famoso manifesto de D. Pedro aos paulistanos, assim concebido:

Honrados paulistanos!

O amor que eu consagro ao Brasil em geral e á vossa provincia em particular, por ser aquella que perante mim e o mundo inteiro fez conhecer primeiro que tudo o systema machiavelico, desorganisador e faccioso das côrtes de Lisbôa, me obrigou a vir entre vós fazer consolidar a fraternal união e tranquilidade, que cavillava e era ameaçada por desorganisadores, que em breve conhecereis, fechada que seja a devassa a que mandei proceder.

Quando eu, mais que contente, estava junto de vós, chegam noticias que de Lisbôa os traidores da nação, os infames deputados, pretendem fazer atacar ao Brasil, e tirar-lhe do seu seio seu defensor. Cumpre-me, como tal, tomar todas as medidas que minha imaginação me suggerir; e para que estas sejam tomadas com aquella madureza que em taes crises se requer, sou obrigado, para servir ao meu idolo, o Brasil, a separar-me de vós (o que muito sinto), indo para o Rio ouvir meus conselheiros e providenciar sobre negocios de tão alta monta. Eu vos asseguro que cousa nenhuma me poderia ser mais sensivel do que o golpe que minha alma soffre, separando-me de meus paulistanos, a quem o Brasil e eu devemos os bens

que gozamos, e esperamos gozar de uma constituição liberal e judiciosa.

Agora, paulistanos, só vos resta conservardes união entre vós, não só por ser esse o dever de todos os bons brasileiros, mas tambem porque a nossa patria está ameaçada de soffrer uma guerra, que, não só nos ha de ser feita pelas tropas que de Portugal forem mandadas, mas igualmente pelos seus servis partidistas e vis emissarios que entre nós existem atraiçoando-nos.

Quando as autoridades vos não administrarem aquella justiça imparcial, que dellas deve ser inseparavel, representai-me, que eu providenciarei. A divisa do Brasil deve ser — Independencia ou morte. Sabei que quando trato da causa publica não tenho amigos e vallidos em occasião alguma.

Existi tranquillos; acautelai-vos dos perniciosos sectarios das côrtes de Lisbôa, e contai em toda a occasião com o vosso defensor perpetuo.

Paço, em S. Paulo, em 8 de Setembro de 1822.

PRINCIPE REGENTE.

*

* *

— Rodrigo, disse o Marialva chamando o seu velho mordomo, leia esta bobagem do filho de Carlota Joaquina.

E lendo a proclamação acima, o mordomo do Marialva sorriu.

— Eu sempre lhe dizia, Marquez, que esse rapazinho havia de puxar pela mãe. Herdou toda a maluquice da rainha Carlota.

O Marquez de Marialva passeou pela sala um instante e pediu ao mordomo que lhe trouxesse um copo de um vinho do Porto de mais de um seculo, que elle apreciava muito. Depois de beber o vinho, tomou uma pitada de rapé, espirrou, assoou-se e, apanhando na mesa a copia da carta que D. Pedro escrevera ao pae, disse ao mordomo:

— Vamos vêr agora, meu velho Rodrigo, como se explica o rapaz. Ha de ser asneira pela certa. Tal e qual a mãe. Bulhento, turrão e malcreado como a rainha que o poz no mundo.

— Porém valente e destemido como os Marialvas.

— Ah! Isso elle herdou, justiça lhe seja feita.

E o marquez leu então a copia da carta que D. Pedro mandara ao pae:

Rio, 22 de Setembro de 1822.

Meu Pai e Senhor.

Tive a honra de receber de Vossa Magestade uma carta datada de 3 de Agosto, na qual Vossa Magestade me reprehende pelo meu modo de escrever e fallar da facção luso-hespanhola (se Vossa Magestade me permitte, eu e meus irmãos brasileiros lamentamos muito e muito o estado de coacção em que Vossa Magestade jaz sepultado); eu não tenho outro modo de escrever, e como o verso era para ser medido pelos infames deputados europeus e brasileiros do partido dessas despoticas côrtes executivas, legislativas e judiciarias, cumpria ser assim; e como eu agora, mais bem informado, sei que Vossa Magestade está positivamente preso, escrevo (esta ultima carta sobre coisas já decididas pelos brasileiros) do mesmo modo porque, com perfeito conhecimento de causa, estou capacitado que o estado de coacção, a que Vossa Magestade se acha reduzido, e que o faz obrar bem contrariamente ao seu liberal genio. Deus nos livrasse se outra cousa pensassemos.

Embora se decrete a minha deserdação, embora se commettam os attentados que em clubs carbonarios forem forjados, a causa santa não retrogradará, e eu antes de morrer direi aos meus

caros brasileiros: *"Vêde o fim de quem se expoz pela patria, imitai-me."*

Vossa Magestade manda-me, que digo! mandam as côrtes por Vossa Magestade que eu faça executar e execute seus decretos; para eu os fazer executar e executal-os era necessario que nós brasileiros livres obedecessemos á facção: respondemos em duas palavras: *"Não queremos"*.

Se o povo de Portugal teve direito de se constituir — revolucionariamente — está claro que o povo do Brasil o tem dobrado, porque se vai constituindo, respeitando-me a mim e ás autoridades estabelecidas.

Firme nestes inabalaveis principios, digo (tomando a Deus por testemunha e ao mundo inteiro), a essa cafila sanguinaria, que eu, como Principe Regente do reino do Brasil e seu defensor perpetuo, hei por bem declarar a todos os decretos preteritos dessas facciosas, horrorosas, machiavelicas, desorganisadoras, hediondas e pestiferas côrtes, que ainda não mandei executar, e todos os mais que fizeram para o Brasil, nullos, irritos, inexequiveis e como taes com um veto absoluto, que é sustentado pelos brasileiros todos, que unidos a mim, me ajudam a dizer: *"De Portugal nada, nada; não queremos nada"*.

Se esta declaração tão franca irritar mais os

animos desses lusos-hespanhoes, que mandem tropa aguerrida e ensaiada na guerra civil, que lhe faremos vêr qual é o valor brasileiro. Se por descouco se atreverem a contrariar nossa santa causa, em breve verão o mar coalhado de corsarios, e a miseria, a fome e tudo quanto lhes podermos dar em troco de tantos beneficios, será praticado contra esses coripheus; mas que! quando os desgraçados portuguezes os conhecerem bem, elles lhes darão o justo premio.

Jazemos por muito tempo nas trevas; hoje vêmos a luz. Se Vossa Magestade cá estivesse seria respeitado, e então veria que o povo brasileiro, sabendo prezar sua liberdade e independencia, se empenha em respeitar a autoridade real, pois não é um bando de vis carbonarios, e assassinos, com os que tem a Vossa Magestade no mais ignominioso captiveiro.

Triumpha e triumphará a independencia brasilica, ou a morte nos ha de custar.

O Brasil será escravisado, mas os brasileiros não; porque emquanto houver sangue em nossas veias ha de correr, e primeiramente hão de conhecer melhor o — *Rapazinho* — e até que ponto chega a sua capacidade, apezar de não ter viajado pelas côrtes extrangeiras.

Peço a Vossa Magestade que mande apresen-

tar esta ás côrtes! ás côrtes, que nunca foram geraes, e que são hoje em dia só de Lisboa, para que tenham com que se divertir e gastem ainda um par de moedas a esse tysico thesouro portuguez.

Deus guarde a preciosa vida e saude de Vossa Magestade, como todos nós brasileiros desejamos.

Sou de Vossa Magestade, com todo o respeito, filho que muito o ama e subdito que muito o venera — *Pedro.*

*
* *

— Tu que amas tanto o nosso Portugal, meu velho Rodrigo, leia essa catilinaria contra a nossa amada patria. Oh! o maroto é atrevido e malcreado como Carlota Joaquina. Tal mãe, tal filho.

Lida a carta pelo mordomo, perguntou este ao marquez:

— E agora?

— Agora, apezar dos pezares, terei de trabalhar junto de Canning e de Metternich para evitar que a Santa Alliança se metta nesse negocio de pae com filho. E desde já, meu velho, vás ar-

ranjando as minhas malas que amanhã mesmo seguirei para Londres.

— Para Londres, Marquez?

— Sim, para Londres. E' preciso conseguir, em primeiro logar, que a Inglaterra não hostilze o Brasil na sua luta pela Independencia.

O EMISSSARIO SECRETO

ARGUMENTO HISTORICO:

O episodio narrado neste capitulo representa uma verdade historica. A Inglaterra forneceu marinhagem e officiaes para os navios brasileiros, annulou o proposito da Santa Alliança de intervir na luta da Independencia, mas exigiu que o Brasil entregasse a Portugal dois milhões de libras, para que Portugal pagasse com essa quantia uma divida á Inglaterra. Ainda mais, obteve um excellente tratado de commercio.

Tambem é verdade historica que o Marquez de Marialva esteve em Londres e Vienna como emissario secreto de D. Leopoldina, Imperatriz do Brasil.

Canning, o grande e formidavel diplomata que dirigia os negocios da politica ingleza, tinha já calçado as luvas para sahir do gabinete do palacio de S. Jayme, em Londres, quando o seu secretario lhe annunciou que o Marquez de Marialva viera especialmente de Paris para lhe fallar.

— O Marquez de Marialva?

— Sim, Mylord, o Marquez de Marialva.

— Que desejará de mim esse querido e famoso diplomata portuguez?

— Negocios do Brasil e Portugal, de maxima urgencia.

— Pois que entre, disse o ministro do rei Jorge.

E descalçando as luvas, assentou-se de novo na sua poltrona.

E o Marquez entrou.

— Oh! Bemvindo seja, sr. Marquez de Marialva, fallou o inglez.

— Saude e paz, Mylord.

— E o que quer deste seu amigo o meu querido Marquez?

— Pouca cousa, Mylord, pouca cousa que representa muita cousa futuramente.

— Muita cousa para quem?

— Para a Inglaterra.

—Nesse caso, cartas na mesa.

E então o Marquez de Marialva expoz a situação do Brasil em luta com Portugal e a ameaça da "Santa Alliança" de entrar na briga a favor de Portugal e contra o Brasil.

— Já sei de tudo, Marquez.

— Pois então agora sou eu que digo: Cartas na mesa, Mylord. O que a Inglaterra dará ao Brasil e o que quererá do Brasil para se manifestar contra a attitude da Santa Alliança?

— Em primeiro logar direi o que a Inglaterra fará.

— Estou attento.

— Pois ouça. A Inglaterra mandará uma nota á Santa Alliança contra a sua attitude de ajudar Portugal na luta com o Brasil; a Inglaterra fará o barão de Rotschild emprestar ao Brasil dois milhões de libras; a Inglaterra porá á disposição do Brasil officiaes de marinha e marinheiros experimentados para a sua esquadra; a Inglaterra reconhecerá a Independencia do Bra-

sil e mandará um embaixador especial a Lisbôa convencer o rei que deve concordar com a Independencia do Brasil.

— E por tudo isso o que a Inglaterra exige?

— Um tratado de commercio egual ao que temos com as republicas do Prata e do Pacifico.

— E só isso?

— Mais ainda, o pagamento de dois milhões de libras do Brasil a Portugal, para que Portugal nos pague o que nos está devendo.

— E donde o Brasil tirará esses dois milhões?

— O Banco de John Brothers emprestará esses dois milhões. O Brasil ficará, portanto, com a divida de quatro milhões de libras, contando-se o emprestimo de dois milhões da Casa Rotschild. Em caso contrario...

— Em caso contrario o que succederá?

— A Inglaterra cruzará os braços e o Brasil será esmagado pela Santa Alliança.

— Mylord, embora sem autorização para negociar em nome de D. Pedro, acceito as condições.

— Já sabemos que a nova Imperatriz do Brasil lhe escreveu pedindo que viesse a Londres e fosse a Vienna.

— Oh!

— Veja que a nossa policia secreta sabe de

tudo. Ainda mais, aqui estão em Londres dois agentes de D. Pedro, o Gameiro e o Brant.

— E já resolveu alguma cousa com elles, Mylord?

— Nada. Desejo resolver primeiro com o mensageiro da Imperatriz, que é filha do Imperador da Austria.

— Pois então eu lhe garanto que suas propostas serão acceitas pela Imperatriz.

— E pelo Imperador quem responde, Marquez?

— Responderei eu tambem.

— Pois seja. Emquanto o Marquez vae a Vienna, eu mandarei a Portugal Sir Charles Stuart, que de lá seguirá para o Brasil, com plenos poderes meus.

*

* *

E assim se negociou entre o Marquez de Marialva, embaixador demittido de Portugal em Paris e embaixador secreto do Brasil em Londres, a interferencia da Inglaterra na luta da Independencia.

De Portugal, Sir Charles Stuart, com plenos poderes do rei D. João VI, foi ao Brasil e negociou a paz entre o pae e o filho.

O Marquez de Marialva foi a Vienna e conseguiu que Metternich, orientador da politica da Santa Alliança, abandonasse Portugal ao seu destino.

O PREÇO DO CHANCELLER FRANCEZ

ARGUMENTO HISTORICO:

O episodio aqui relatado é verdadeiro. O Brasil teve que comprar *secretamente* a neutralidade da *Santa Alliança*.

Em Vienna, Marialva conseguira que Metternich afastasse a Austria, a Prussia e a Russia dos seus propositos. Mas a França e a Hespanha persistiam na idéa de ajudar Portugal contra o Brasil.

Metternich dissera ao Marialva:

— Eu garanto que a Austria e a Russia não se metterão nesse negocio. Mas a Hespanha e a França já estão em ajustes para a luta. Procure Talleyrand e lhe offereça dinheiro, e elle não somente afastará a França, como tambem a Espanha, cuja chancellaria segue as pisadas desse francez velhaco e venal.

Voltando a Paris, Marialva procurou Talleyrand, como o aconselhara Metternich.

— Principe, dissera o Marquez ao Principe de Benevente, que outro não era senão o ex-padre Talleyrand, guindado ao principado e ao cargo de 1º Ministro da França, eu estou certo de que Vos-

sa Alteza não se interessará na luta de Portugal com o Brasil.

— E por que não? A França prometteu auxilio a Portugal e...

— Pois bem, Alteza, eu porei nas mãos do advogado do Brasil, como compensação de perdas e damnos moraes, a quantia de...

— De? interrogou attento Talleyrand.

— De 300.000 francos.

— Pagaveis em que especie?

— Dinheiro á vista. Porém exijo que a França impeça, com o seu prestigio junto ao rei de Hespanha, que esse paiz se metta na briga de Portugal com o Brasil.

— E' certo que sim.

— Então, Sr. Chanceller, quando começará a trabalhar contra os interesses de Portugal?

— No dia em que receber os 300.000 francos.

E foi assim que a França abandonou Portugal, carregando comsigo a Espanha.

*
* *

O Marquez de Marialva conseguira, portanto, que a Inglaterra, a Austria e a França aban-

donassem o velho Portugal, rompendo o compromisso de honra que lhe hypothecaram. A Russia e a Prussia acompanharam a Austria. A Espanha acompanhou a França. E o Brasil teve de se haver unicamente com a antiga Metropole. Esta se considerou vencida deante da diplomacia de Sir Charles Stuart, emissario de Canning, primeiro ministro inglez.

*
*   *

D. Pedro, entretanto, concordara com as exigencias da Inglaterra. Quanto ás que fizera o corrupto Talleyrand, D. Pedro refugou. E escreveu a seguinte carta ao Marquez de Marialva.

— *Marialva.*

Leopoldina mostrou-me a sua carta. Custa-me a acreditar que esse Principe de Talleyrand exija 300.000 francos para não se metter comnosco nesta luta. Tendo o apoio da Inglaterra e dos Estados Unidos, e ficando neutros a Prussia, a Russia e a Austria, pouco se me dá que os francezes e os hespanhóes venham aqui brigar comnosco. O Brasil já expulsou os francezes do Rio de Janeiro e do Maranhão. Já expulsou os hespanhóes da Colonia do Sacramento e das Missões.

Expulsal-os-ha agora, se vierem. O Brasil recusa comprar a consciencia desse Ministro venal que envergonha o Mundo — *Pedro.*

A MORTE DO FAVORITO

ARGUMENTO HISTORICO:

Marialva foi nomeado novamente embaixador de Portugal em Paris e a noticia lhe chegou na vespera do seu suicidiō. Matou-se porque se arruinara com os seus caprichos de fidalgo perdulario. A imperatriz Leopoldina sentiu muito a sua morte e poz luto durante um mez, conforme relata o chronista do 1º imperio, Clemente de Oliveira.

— Rodrigo, dizia o Marquez de Marialva ao velho mordomo, quero que vendas tudo quanto tenho: o meu palacio, as tapeçarias, as carruagens, o mobiliario, os objectos de arte, as baixellas de ouro e prata... tudo. Eu preciso de 600.000 francos. D. Pedro achou caro o preço da neutralidade da França e eu prometti a Talleyrand pagar-lhe essa quantia. Si não lhe pagar, elle atirará a Hespanha e a França contra o Brasil. Nem a Inglaterra, nem os Estados Unidos, brigarão com a França e com a Hespanha por causa do Brasil. E com o auxilio da França e Hespanha o Brasil será vencido, D. Pedro será desherdado e exilado para a Africa, e D. Leopoldina terá de acompanhar o marido.

— Mas V. Excia. ficará sem moradia, ficará arruinado.

— Eu estou ordenando, Rodrigo, e nunca discutiste as minhas ordens.

*

*   *

Nessa mesma tarde o Marquez de Marialva transportou-se para o Hotel dos Estados, aonde alugou um apartamento.

O principe Lichnovosky comprou tudo por dois milhões de francos. O Marquez pagou a quantia exigida por Talleyrand. E Talleyrand cumpriu a sua palavra como cumprira a que déra ao conde da Barca, quando lhe exigira 800.000 cruzados para conseguir que Portugal tivesse voz activa no Congresso de Vienna de 1815.

Chegara o mez de novembro de 1823. Dia 22, de manhã. O velho Rodrigo trouxera uma correspondencia de Lisbôa. Era uma carta de D. João VI, com o decreto de nomeação do Marquez de Marialva para Ministro de Portugal em Paris, pois elle fôra demittido em 1820.

Marialva leu a carta de D. João VI e immediatamente respondeu ao seu rei:

— "Paris, 22 de novembro de 1823. Magestade. Agradeço a sua deferencia para commigo, reintegrando-me no cargo que a Revolução do Porto de 1820 me arrebatou. Agradeço e recuso a honra que me deu, filha apenas de sua bondade. Recuso por dois motivos: o primeiro, porque trabalhei nas chancellarias européas contra o meu rei e contra o meu Portugal, a favor do Brasil; o segundo, porque estou arruinado. Um embaixa-

dor pobre só poderá desacreditar o paiz que representa. Peço a Deus que dê felicidade ao meu Rei e ao meu Portugal. Beija-lhe a mão o seu vassalo — *Marquez de Marialva.*"

*

* *

Pondo o seu sinete, o Marquez entregou ao seu mordomo a carta, para que seguisse pela primeira pósta a sahir de Paris para Lisbôa. Depois recolheu-se aos seus aposentos no Hotel dos Estados.

No dia seguinte o velho Rodrigo o encontrou morto, com a carotida seccionada por um bisturi.

Sobre o aparador, um bilhete:

— "Rodrigo, meu velho, adeus. Mande a carta junta a este para a Imperatriz do Brasil. E tu te consideres dono do que se acha em meu apartamento. Transportarás meu corpo para Lisbôa, para que seja o 6º e ultimo Marquez de Marialva enterrado junto dos seus avós. Adeus, meu velho. Morri quando devia morrer — *Marialva.*"

A carta á Imperatriz era assim escripta:

— "*Paris, 22 de novembro de* 1823.

Minha querida amiga, e minha Imperatriz. Contra os principios de honra dos Marialvas eu

fui contra o meu Portugal e contra o meu rei, para servir o Brasil. O Brasil, não. A Imperatriz do Brasil. Pela Imperatriz do Brasil faria tudo. E fiz o que pude. Quando V. M. lêr esta já estará minha alma ao lado das dos outros Marialvas que se foram. E póde estar certa de que morri quando devia morrer, com a sua imagem nos olhos, pensando naquellas adoraveis tardes de Vienna, em que juntos sonhavamos coisas impossiveis. Adeus. Queira sempre lembrar-se de que ninguem a amou mais na terra do que o 6º e ultimo Marquez de Marialva. E no outro mundo serei o mesmo, eternamente seu devotalo — *Marialva.*"

Do outro lado do mar, no Rio de Janeiro, ao lêr a carta do seu querido Marialva, D. Leopoldina soluçou:

— Nunca mais verei o Marialva... Nunca mais...

E até o fim da sua vida, quando se lembrava do Marialva, as lagrimas brotavam dos seus olhos e humedeciam as suas faces rosadas.

O Marquez de Marialva fôra realmente o seu melhor amigo.

O REI DESVENTURADO

— D. João Maria José Luiz de Bragança, filho de D. Maria I, rainha de Portugal, e de seu tio D. Pedro III, nasceu a 13 de Maio de 1767.

A instrucção de D. João, sem objectivo magestatico, foi aliás dirigida por clerigos de merito, e no ponto de vista puramente religioso; pois, como filho segundo, era o principe destinado ás dignidades da igreja, conforme as aspirações do tempo. Embora, porém, de intelligencia menos brilhante que a de D. José, seu irmão, o Principe attrahio desde a juventude as sympathias d'aquelles que o cercavam, pela bondade do seu coração e pela affabilidade de suas maneiras.

D. José, principe do Brasil e grão prior da ordem de Malta, casára-se ha onze annos com uma tia, D. Maria Francisca, quando a morte o sorprerendeu, malogrando as esperanças que nelle depositavam seus progenitores.

Successor desse irmão, D. João recebeu o titulo de principe do Brasil, sendo reconhecido her-

deiro presumptivo da corôa. Em 1775, desposou a filha mais velha de Carlos IV, rei da Hespanha, D. Carlota Joaquina Thereza, que contava apenas dez annos.

Esse casamento não foi de completa felicidade para o espôso. A princeza, de animo sedicioso, e cheia de ambições, influia menos acertadamente nas resoluções do principe.

A rainha D. Maria I, de espirito fraco, caracter assustadiço e timido, começou a apresentar, em 1792, symptomas de alienação mental, produzida — diz-se — pelo terror incutido por seu confessor, com a idéa de governal-a.

Para rebellar tão perniciosa influencia nos destinos da patria, D. João tomou as redeas do govêrno; e, como regente, justiça seja-lhe feita, soube administrar os negocios do reino com a prudencia que as difficeis circumstancias do tempo exigiam. Emtanto, só em 1799 assumio officialmente o encargo de Principe Regente, sendo como tal reconhecido pelas potencias estrangeiras.

Em 1801, a Hespanha declarou guerra a Portugal; mas a paz — assignada a 29 de Setembro, em Badajoz — pôz termo ás sinistras apprehensões que dominavam o paiz inteiro, e das quaes tomou a mais onerosa parte o principe-regente. Graças á sua sempre louvada prudencia, Portugal

escapou dessa vez ás convulsões reaccionarias que agitavam toda a Europa. Sábias reformas e criteriosa administração pareciam abrir áquelle paiz nova éra de prosperidade e paz, quando — em fins de 1805 — descobriu-se uma conspiração, com o fim de forçar o principe a abdicar, proclamando-se reinante a princeza, sua espôsa.

D. João mostrou nessa emergencia uma magnanimidade rara. Satisfeito sómente de haver frustrado o plano, limitou-se a que todos os fidalgos compromettidos na conspiração se considerassem exilados, e não mais voltassem a Lisboa; quanto ás pessôas de cathegoria inferior, perdôou-lhes, prohibindo unicamente a sua entrada no paço.

O pôvo tomou então o partido do principe, que era o da legalidade, manifestando-lhe sua dedicação por inequivocas demonstrações publicas. D. João, profundamente sentido, fixou a sua residencia no palacio de Mafra, a 26 kilometros de Lisboa, continuando a princeza a morar no paço de Queluz.

Approximava-se, no entanto, o dia em que os acontecimentos, precipitando-se com extrema rapidez, iam perturbar completamente o socêgo da peninsula iberica. D. João accedêra, em 1801, á imposição da França de fechar os seus portos aos

navios inglezes. A paz de Amiens, em 1802, garantia-lhe — em virtude dessa dura condição — a neutralidade, quando — em 1806 — uma nova exigencia de Napoleão I o constrangeu a adherir ao bloqueio continental. E como então se recusasse a expulsar os inglezes estabelecidos em Portugal, Napoleão decretou num manifesto a expulsão da casa de Bragança do reinado que gozava, enviando tropas — sob o commando de Junot — que se apoderaram de Portugal.

Resolvêra a principio resistir em Lisboa á invasão franceza, mandando para o Brasil o mais velho de seus filhos, D. Pedro de Alcantara; reconhecendo, porém, a inutilidade do sacrificio diante da marcha triumphal das tropas invasoras, que — em parte alguma — encontravam séria resistencia, decidiu-se D. João a partir, bem como toda familia e côrte, para o Brasil.

D. João compenetrára-se dos exemplos e lições deixados pelo Marquez de Pombal, esse grande estadista, o Richelieu portuguez, que — antes pela energia de caracter que pelo talento — dominou o paiz por mais de vinte e cinco annos. A notavel sagacidade de Pombal fêl-o entrever as immensas vantagens que produziria — na America — a presença real, esforçando-se por lançar no Brasil ideias monarchicas mais enraizadas,

para formar desta antiga colonia um imperio poderoso, que fôsse o apanagio futuro do renome portuguez.

Em 26 de Novembro de 1807 um decreto do Principe Regente, datado do palacio de Nossa Senhora da Ájuda, annunciou aos portuguezes sua resolução de transferir a séde do govêrno provisoriamente para o Brasil.

Um conselho de regencia, compôsto de cinco membros, e presidido pelo marquez de Abrantes, parente da familia real, ficou encarregado do govêrno na ausencia do chefe do Estado.

Não descreveremos a consternação de toda a cidade de Lisbôa, nem as declamações que essa noticia produziu em geral. Estimava o pôvo os principes da casa de Bragança, e — ao saber da sua partida — contristava-se tanto como se realmente se fosse apartar de um parente.

Os preparativos da partida fizeram-se com a maior precipitação, sem ordem e sem previdencia. Cada qual só pensava em si e nos seus, e — por tal fórma — que ninguem tomou seriamente a direcção das provisões indispensaveis á familia real.

Na manhã do dia 27 D. João e o infante de Hespanha, primo de D. Carlota, D. Pedro Car-

los Antonio, chegaram ao cáes de Belém, no mesmo carro, sem acompanhamento de guardas nem de criados. Grande multidão, já alli reunida, recebeu o Principe Regente com exclamações de dôr e pranto, que bem demonstravam a saudade que a pungia.

D. João embarcou no navio *Principe-Real*. Pouco depois chegou D. Carlota Joaquina com as quatro princezas e D. Miguel, seus filhos, e os demais personagens da côrte, que embarcaram em a náo *Rainha de Portugal*.

Nessa occasião o principe D. Pedro de Alcantara, entre o povo, acompanhado pelo seu preceptor, aguardava a rainha D. Maria I, sua avó, que não tardou a apparecer, seguida de duas damas. Foi uma scena commovente o embarque da infeliz rainha. Gritava, e recusava-se a entrar para a galeota, julgando que a levavam para o supplicio; tornando-se notaveis as suas palavras, que — por vezes — tinham lampejos de lucidez. Pôz-se afinal um termo áquelle pungente espectaculo, convencendo-a meigamente de que apenas se tratava de um passeio; então — mais resignada que convencida — deixou-se conduzir para bordo do navio em que se achava o principe regente.

D. Maria Francisca, princeza viuva do principe do Brasil, suas sobrinhas D. Maria Francis-

ca e D. Isabel Maria, bem como D. Marianna, irmã da rainha, precedidas de numerosos cortejos de damas, fidalgos e gentishomens, embarcaram por sua vez em a náo *Princeza do Brasil.*

Em seguimento da casa real e da sua extensa comitiva, perto de quinze mil pessôas abandonaram por igual fórma a patria. Novo Exodo, sem precedente na historia, considerando-se a vasta extensão do Oceano que tinham a percorrer, os perigos de tão longa navegação á vela, e — mais que tudo — o imprevisto, tudo podendo acontecer em tão aventurosa viagem, custa a crêr como tantos ousaram entregar-se á mercê da sorte.

A esquadra, sob o commando do Almirante D. Manoel da Cunha, compunha-se dos seguintes vasos:

Náos:	*Principe-Real*	80	canhões
”	*Rainha de Portugal*	74	”
”	*Princeza do Brasil*	74	”
”	*Meduza*	74	”
”	*Conde D. Henrique*	74	”
”	*Martim de Freitas*	64	”
”	*Affonso de Albuquerque* . .	64	”
”	*D. João de Castro*	64	”
Fragatas:	*Minerva*	44	”
”	*Golphinho*	36	”

Fragatas: *Urania* . . . . 32 canhões
" *Neptuno* . . . . 32 "
Brigues: *Voador* e *Vingança.*
Corvetas: *Lebre* e *Carioca.*

E numerosa frota de navios mercantes.

Vento sul impetuoso embaraçou a sahida por mais de quarenta horas. A anciedade era enorme; pois, a cada instante, temia-se o apparecimento da esquadra franceza, ou o exercito por terra, a impedir a partida, aprisionando os fugitivos.

Na manhã do dia 29, finalmente, o tempo serenou; suspendendo ancoras, a esquadra portugueza sahiu do Tejo, escoltada pelos quatro vasos de guerra inglezes: *Malborough, Monarch, London* e *Bedford.*

O almirante Sir Sidney Smith, apresentando-se a bordo do *Principe-Real,* solicitou de Dom João que se passasse para um desses navios; garantia-lhe que ali estaria, não só mais bem acommodado, como em maior segurança. O principe, porém, recusou, e agradeceu o offerecimento.

Ao meio-dia já a esquadra não ouvia as salvas dos fortes de Lisboa; e a 30, quando Junot apossou-se da capital, ainda avistou no horizonte as ultimas vélas da esquadra.

Bem depressa começou-se a sentir as conse-

quencias da precipitação e imprevidencia com que se fizeram as provisões. As bagagens achavam-se descollocadas em differentes navios, e os viveres mal distribuidos, — no meio de tal confusão, nada se encontrava a proposito.

Durante os primeiros nove dias a frota caminhou de conserva, e sem accidente. Tremenda tempestade sobreveio afinal na ultima noite daquelle periodo, dispersando-a pela vastidão do oceano.

No dia 11 de Dezembro avistou-se a ilha da Madeira, sob o pavilhão do protectorado inglez. Depois, a Familia Real tornou a vêr terra no cabo de Santo Agostinho, capitania de Pernambuco.

Pelo brigue *Voador*, o mais veloz de quantos compunham a esquadrilha, batido da tempestade, o governador de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, sabendo da vinda da familia real para o Brasil, mandou logo postar de vigia, em Nossa Senhora de Nazareth, perto daquelle cabo, o brigue de guerra *Dous Corações*, que saudou o principe D. João.

A 19 de Janeiro de 1808 avistou as costas da Bahia; a 20, por ordem do Regente, a frota franqueava o ancoradouro, effectuando-se o desembarque a 21, por entre as acclamações de nume-

roso concurso de povo. D. João conservou sempre saudosa lembrança da espontaneidade e enthusiasmo desse acolhimento. As festas, que se fizeram então, duraram tres dias.

Na Bahia, o Principe Regente travou relações com José da Silva Lisboa, depois Visconde de Cayrú, a cujos conselhos franqueou ás nações amigas os portos do Brasil. Esse acto, que a todos foi summamente agradavel, foi considerado o primeiro passo na éra nova que ia descortinar-se para a colonia.

No dia 28 de Janeiro de 1808 D. João assignou o memoravel decreto, assim abolindo o antigo e condemnado systema de sequestrar-nos ao resto do mundo.

Durante a estada da Familia Real na Bahia, as mais vivas solicitações e instantes supplicas foram dirigidas ao Principe Regente para que alli fixasse a sua residencia, assim reivindicando aquella cidade a perdida primazia de Capital. Aos olhos de D. João, porém, nada podia compensar a admiravel posição topographica do Rio de Janeiro; e tanto mais necessidade sentia de para aqui transportar-se quanto inquietava-o o destino que teriam tido suas duas filhas, irmã e tia, cujo navio desgarrára da frota por occasião da tempestade.

Ignorava o Principe que o brigue *Voador* já se achava no Rio de Janeiro, onde aportára, a 14 de Janeiro; bem como que, tres dias depois, os navios inglezes, comboiando cinco náos portuguezas, tivessem chegado ao mesmo porto, com as princezas e demais passageiros, todos sãos e salvos.

As princezas só desembarcaram no Rio de Janeiro, a 19 de Fevereiro, depois de ter recebido a noticia da chegada do Principe Regente á Bahia.

A' espera da familia real, o vice-rei Conde dos Arcos, todos os funccionarios e o povo trataram dos preparativos da recepção a tão elevados personagens. O palacio do vice-reinado e as casas circumvisinhas foram predispostas para a real residencia. De toda a parte acudia espontaneamente dinheiro, roupa, viveres, tudo emfim quanto era necessario ao bom agazalho da exilada familia e dos que a acompanhavam.

D. João sahiu da Bahia a 26 de Fevereiro; e, se o magoavam saudades, mais fundas deixou-as ainda entre o seu povo.

A 6 de Março deu-se signal da flotilha no Cabo Frio, e a 7 entrava barra a dentro, ancorando junto á ilha das Cobras.

No dia 8 de Março, com o maior apparato e

esplendido ceremonial, D. João — Principe do Brasil — Principe Regente de Portugal e dos Algarves — desembarcava finalmente no Rio de Janeiro, têrmo da sua viagem, com toda a familia, menos a rainha. Todos os que o tinham acompanhado, e a multidão immensa que fôra ao seu encontro, e incessantemente o acclamava, seguiram-n'o á Matriz do Rosario, onde se cantou um Te-Deum em acção de graças. As ruas estavam juncadas de flôres e folhas, os sinos de todas as igrejas repicavam, o toque dos clarins — confundindo-se com o troar da artilheria de mar e terra — mal traduzia o contentamento do povo, que percorria as ruas dando vivas, sendo correspondido das janellas, apinhadas de senhoras, e ornadas de riquissimas colchas das mais variadas côres.

As festas e as illuminações duraram nove dias consecutivos.

Innumeros presentes, uns magnificos, preciosos, uteis, e outros singelos, e até da mais graciosa ingenuidade, acudiam de toda a parte a testemunhar á Familia Real a mais profunda sympathia. Entre os presentes valiosos sobresae o da Quinta da Bôa Vista, em S. Christovão.

Desde os primeiros dias da sua chegada ao Rio de Janeiro, D. João consagrou-se inteiramen-

te á reorganisação politica e administrativa do Brasil.

O Principe vivia com pouco luxo, até mesmo bem simplesmente, sem maior fausto talvez do que o dos antigos vice-reis.

O anno de 1808 assignalou-se pela organisação do primeiro ministerio, do Supremo Conselho Militar e de Justiça, do Arsenal de Marinha, o estabelecimento da Fabrica de Polvora á margem da lagôa de Rodrigo de Freitas, d'onde mais tarde foi transferida para a Serra da Estrella; creação do Hospital Militar, da Junta de Agricultura, fabricas e navegação, Jardim Botanico, Imprensa Régia, Escola de Medicina e Banco do Brasil.

Nesse mesmo anno organisou-se o Erario Publico, deu-se impulso á agricultura, estimulando-a com premios e recompensas, crearam-se medalhas, e — finalmente — permittiu-se que o estrangeiro pudesse adquirir propriedade territorial.

Foi ainda em 1808, no dia 1º de Maio, que D. João dirigiu ás potencias estrangeiras um manifesto explicando a sua conducta, e expondo os fins da sua futura politica.

No dia 15 de Junho a Cathedral foi transferida da igreja do Rosario para a capella dos Carmelitas, cujo convento fôra desapropriado

para accrescimo do paço, junto á igreja dos Terceiros do Carmo.

Nesse mesmo anno chegaram os representantes das potencias estrangeiras junto ao Principe Regente, cabendo o primeiro lugar na ordem chronologica a Lord Strangford, embaixador da Inglaterra, diplomata tão affavel quanto sagaz. cuja influencia preponderou por muitas vezes na politica portugueza.

D. Lorenzo Caleppi, arcebispo de Nizibi e nuncio do Papa, seguiu-se a Lord Strangford. A sua partida de Lisbôa, bastante apressada para não ser tida como fuga, é tão cheia de episodios que por vezes toca o maravilhoso. Depois de varias tentativas para evadir-se daquella cidade, conseguiu afinal illudir a vigilancia de Junot, embarcando disfarçadamente em uma canôa de pescaria, e por esse meio ganhando um navio inglez, que transportou-o a Londres, donde partiu emfim para o Rio de Janeiro.

A Suecia, os Estados Unidos, a Russia e outros paizes enviaram os seus representantes para a nova Capital portugueza.

Como justa represalia ao imperio napoleonico, o Principe Regente, auxiliado pela Grã-Bretanha, preparou uma expedição contra a Guyanna franceza, a qual cahiu em poder das tropas an-

glo-portuguezas a 12 de Janeiro de 1809, conservando-se por oito annos sob o dominio portuguêz.

Tudo estava por fazer á chegada de D. João. Graças, porém, a seu tino e prudencia na escolha de bons ministros, dentro de um anno a cobrança dos impostos e o pagamento das despezas publicas estavam regrados; e tudo quanto poderia influir nas rendas do Estado, nas fontes da riqueza publica, como a agricultura, a industria, o commercio, a navegação, havia sido detidamente estudado e reorganisado sob a suprema direcção do Principe Regente.

Tão grande era o contentamento do povo, e tão felizes sentiam-se todos com a chegada da Familia Real, nuncio de futuras e bem proximas prosperidades, que o Senado da Camara — querendo perpetuar tão faustoso acontecimento por meio de uma memoria publica e omnipotente aos olhos das gerações — tratou logo de erigir-lhe um monumento, cujo risco copiámos na estampa junta de outra existente nas *Memorias* do padre Luiz Gonçalves dos Santos.

Modesto e sensato, como sempre se mostrou o principe D. João, declinou de tal, e aliás bem merecida honraria, ordenando que as sommas arrecadadas em subscripção popular para esse fim, fossem antes applicadas á instrucção publica; me-

moravel exemplo que, mais de meio seculo posteriormente, foi repetido por seu augusto neto o Sr. D. Pedro II, que — por sua vez — recusou uma estatua, pedindo — em vez della — escolas para o povo.

D. João teve o intimo regosijo de saber successivamente das victorias das tropas anglo-portuguezas em Bussaco, depois em Vimeiro, e a convenção de Cintra effectuada a 8 de Setembro; a libertação emfim do territorio portuguez, e o reconhecimento de sua autoridade em Portugal.

Em 2 de Janeiro de 1809 dirigiu ao clero, nobreza e povo da metropole uma proclamação agradecendo a todos o energico concurso na guerra tão gloriosamente concluida pela reconquista da independencia da Patria. Acto continuo reorganisou o conselho de regencia, na metropole, tomando as precisas providencias para que a administração se não ressentisse de sua ausencia, aliás sempre lembrada pelo povo. Lord Strangford trabalhava nessa occasião para submetter Portugal e suas possessões a uma especie de protectorado inglez, e — em troca dessa enfeudação — garantir a Portugal uma autonomia que no fundo não passava de palavra vã.

Triplice tratado: um de amisade e alliança, completamente politico; outro, de commercio, e

outro, finalmente, creando uma linha mensal de paquetes correios entre a Inglaterra e o Brasil, foram assignados, em Fevereiro de 1810, no Rio de Janeiro, pelo embaixador inglez e os ministros do Principe Real.

Pouco depois effectuou-se o casamento da mais velha das princezas, D. Thereza Francisca, princeza da Beira, de 19 annos de idade, com seu primo o infante de Hespanha, D. Pedro Carlos Antonio.

As leis immutaveis que presidem á formação dos Imperios, cuja historia nos apresenta por toda a parte — em todos os tempos e em todos os lugares — o desenvolvimento ininterrompido e providencial, essas leis eternas começavam a produzir no Brasil um dos phenomenos politicos mais notaveis do nosso seculo. Uma nação nova se formava sem externação de pensamento, e um laço invisivel e poderoso ligava todas as capitanias do Brasil, caminhando para o mesmo fim, unidas e compactas como se formassem um só corpo.

O anno de 1810 foi para D. João cheio de desgostos e contrariedades. Por um lado, D. Carlota Joaquina — procurando reatar intrigas absolutistas — conspirava agora mais abertamente, ora com a Hespanha, para fazer-se reconhecer como sua soberana, ou regente, ora com os mo-

narchistas de Buenos-Ayres, para das colonias hespanholas formarem um reino e acclamal-a rainha. Estes ultimos enredos influiram efficazmente na guerra em que o Regente viu-se bem depressa empenhado com essas possessões. Por outro lado, manifestavam-se conflictos, lutas, resistencias entre o governo de D. João, no Rio de Janeiro, e a regencia em Lisbôa.

As perplexidades do principe creavam a cada momento grandes embaraços da situação. Ora inclinava-se aos conselhos dos seus ministros, ora louvava-se na opinião de Lord Strangford. Essa indecisão só produzia medidas incompletas, tão depressa resolvidas como revogadas.

Para suavisar os males que a guerra contra os francezes causára aos subditos da metropole, D. João decretou — em 1811 — que se despenderia com elles a quantia de 1.920 contos de réis por espaço de quarenta annos, tirados das rendas das capitanias da Bahia, Pernambuco e Maranhão. Esse decreto naturalmente não podia ser bem aceito pelos brasileiros; e os acontecimentos incumbiram-se de revogal-o poucos annos depois.

D. Carlota, entabolando e mantendo relações politicas com differentes personagens de Hespanha e de Buenos Ayres, chegou a alcançar das Côrtes de Cadix — em 12 de Março de 1812 -- o

reconhecimento de seus direitos eventuaes ao throno da Hespanha. Mais do que nunca pensou em se fazer proclamar regente daquelle reino. Trocaram-se então notas diplomaticas, que foram seguidas de longas conferencias, nas quaes tratou-se dessa regencia como cousa assentada, garantindo-se-lhe o apoio da Inglaterra, sob a condição de continuar ella a residir no Brasil.

Com o fim de pôr termo ás intrigas que perturbavam profundamente a marcha interna dos negocios e tranquillidade do Estado, D. João pensou na conveniencia de mandar á Hespanha seu genro e infante D. Pedro Carlos; dando a seus diplomatas no estrangeiro instrucções para que apoiassem a todo o custo a candidatura do principe. Os preparativos de viagem foram feitos com a maior presteza, chegou-se mesmo a escolher as pessoas que deviam acompanhar D. Carlos; mas, ainda desta vez, os esforços do Principe Regente foram baldados, pois o genro—surprehendido subitamente por gravissima enfermidade—succumbiu inesperadamente dias antes do designado para embarque, em Junho de 1812.

No meio de tantas atribulações, á semelhança de Cicero, D. João consolava-se reconhecendo que não se enganára em suas previsões, e — mais ainda — no acerto das medidas que pretendera

tomar. Posto em vigor o tratado de commercio firmado com a Grã-Bretanha, numerosas reclamações dos negociantes portuguezes e brasileiros foram dirigidas ao Principe Regente, de quem afinal obtiveram — em Dezembro de 1812 — favoravel modificação aos rigores primitivos do tratado, que até então só aproveitava aos interesses inglezes, com grande prejuizo do commercio e da industria de Portugal e suas possessões.

D. João continuava nos trabalhos de organisação administrativa do Brasil, quando sobrevieram os acontecimentos de 1814, que collocaram Luiz XVIII no throno de França, restabelecendo quasi o antigo estado de cousas na Europa.

Depois das festas que se fizeram nessa occasião, o primeiro acto do Principe Regente foi decretar — em 18 de Junho de 1814 — a abertura dos portos do Brasil ao commercio de todas as nações, sem excepção. Nesse mesmo anno, depois do reconhecimento de Luiz XVIII e do restabelecimento no throno de outros soberanos, chegaram ao Rio de Janeiro os representantes das nações européas que ainda não tinham legação no Brasil. A França mandou o duque de Montmorency, que, nos Estados Unidos, se batera pela independencia. O duque renovou, com a casa de Bragança, os antigos tratados de commercio e de amisa-

de, tais quais existiam entre Portugal e a França antes da revolução.

Pouco depois, e em consequencia de longas e reiteradas instancias de D. João e de seus ministros, junto de lord Strangford e do Gabinete de S. James, o governo inglez concordou na restituição da ilha da Madeira, que conservava desde 1807, sob pretexto de protectorado.

Um acto apparentemente sem importancia, mas que muito devia concorrer para a independencia do Brasil, foi promulgado pelo Principe Regente, quer para testemunhar aos brasileiros o seu agradecimento pelas provas de dedicação á sua pessôa e familia, quer para dar ao paiz uma nobilitação compativel com a sua importancia e auspicioso futuro; por carta de 16 de Dezembro de 1815 foi o Brasil elevado á categoria de reino, tomando, com a antiga metropole e possessões, o titulo de Reino-Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Essa decisão foi unanimemente applaudida pelas potencias estrangeiras; e o novo reino entrou na familia das nações pelo successivo reconhecimento de todos os Estados da Europa e da America.

O decreto de 16 de Dezembro de 1815 motivou festas e regosijos, não só na capital como

tambem em todas as provincias, ás quaes foi communicada immediatamente a noticia por correios especiaes.

Tres mezes depois, a 16 de Março de 1816, expirava a rainha D. Maria I, contando mais de 80 annos. Sua molestia pouco aproveitára com a mudança para o Brasil; e — como ainda assim mesmo não tomasse mais parte nos negocios do governo — sua morte nada influiu nos destinos do Brasil e da monarchia portugueza em geral.

O Principe Regente tomou então o titulo de Rei, denominando-se D. João VI, e adiou para depois do luto a ceremonia da coroação.

Por coincidencia digna de nota, o decreto concedendo e determinando as armas do Brasil é de 16 de Março de 1816; foi, portanto, talvez o primeiro acto firmado por D. João VI na qualidade de rei. Fernando VII, restituido por Napoleão ao throno de Hespanha, pelo tratado de 11 de Dezembro de 1813, querendo garantir a sua estabilidade e de uma vez para sempre destruir as ambições de sua irmã D. Carlota Joaquina, consolidando ao mesmo tempo a união luso-hispano, solicitou e obteve para si e para seu irmão D. Carlos Maria José Isidoro, duas infantas, filhas de D. João VI.

D. Maria Isabel Francisca coube a Fernando

VII, e D. Maria Francisca a D. Carlos. Partiram ambas do Rio de Janeiro na fragata portugueza S. *Sebastião,* escoltada pela fragata hespanhola *Soledade,* e o duplo consorcio celebrou-se em Madrid, a 29 de Setembro de 1816.

Pio VII, voltando a seus Estados, tinha — por uma reacção facil de comprehender-se — restabelecido canonicamente a ordem dos Jesuitas. Começaram novamente estes a espalhar-se por todos os paizes da Europa, autorisados ou tolerados; D. João, porém, fez parte do pequeno numero de soberanos que não quizeram mais admittir taes religiosos.

Não foi unicamente essa medida energica e sã que elle tomou em negocios religiosos; oppôz-se tambem tenazmente ao restabelceimento da inquisição com seus antigos horrores; quando chegou a seu conhecimento que — na ilha da Madeira — os inquisidores atulhavam as prisões, torturando innumeros infelizes, para obrigal-os a confessar imaginaveis crimes, D. João entabolou com a Côrte de Roma negociação a respeito, e, após extenuadoras difficuldades, teve a satisfação de vêr sua firmeza coróada pela desistencia que obteve do Soberano Pontifice, aos 30 de Julho de 1816.

Muito tempo havia que D. João VI pensára

nos meios de desenvolver em o novo reino o gosto pelas bellas-artes, estabelecendo para isso o seu ensino. Escasseavam completamente bons artistas na metropole, e, para obtel-os, não hesitou em recorrer aos paizes estrangeiros. O embaixador em Paris, marquez de Marialva, foi encarregado de contractar alguns dos mais notaveis que quizessem vir ao Brasil fundar uma Academia de Bellas-Artes. Acceitaram muitos a difficil tarefa, chegando ao Rio de Janeiro, em Agosto de 1816, uma escolhida colonia franceza. Notavam-se entre elles: Lebreton, secretario perpetuo da Academia das Bellas-Artes do Instituto de França·Debret, pintor historico; Taunay, esculptor; Pradier, gravador; Grandgean, architecto; e varios outros. D. João acolheu-os paternalmente, e organisou a Academia de Bellas-Artes e escolas de artes mecanicas.

Novas inquietações vieram ainda magoar o Rei, não obstante todas as suas boas intenções e desejo do bem publico. Varios soberanos da Europa, e especialmente o da Grã-Bretanha, desejaram que voltasse, para Lisbôa, o governo supremo da monarchia portugueza. A rainha D. Carlota, o filho D. Miguel e todos aquelles que constituiam o seu partido, opinavam pela volta da Côrte a Lisbôa. E procurava-se convencer o Rei,

dizendo-lhe concluidas as guerras que justificavam a sua estada no Brasil; e que a regencia dividida, como se achava, era movel de grandes males, e bem podia vir a ser fatal aos interesses da corôa. Lord Strangford foi encarregado de actuar no espirito do Rei; mas a todos os pedidos e insinuações D. João respondia pelo franco e manifesto desejo de conservar-se no Brasil.

Formaram-se então dous partidos: um, tendo á frente D. Carlota, D. Miguel, a maior parte dos fidalgos que tinham acompanhado o Principe Regente, e os diplomatas estrangeiros, — outro, tendo por chefes o infante D. Pedro e Antonio de Araujo, e todos os brasileiros; estes oppunham-se á partida, aquelles exigiam-n'a abertamente.

De uma tal situação resolveu o governo britannico arrancar quasi á força o Rei, coagindo-o a regressar. Enviaram da Inglaterra uma esquadrilha a pretexto de proporcionar-lhe mais commoda viagem; porém, na realidade, tão sómente para intimidal-o. A chegada dos navios inglezes entristeceu não só o Rei, como a população. Desta vez ainda, como na questão dos jesuitas, D. João VI deu provas de força de vontade e firmeza de caracter, declarando a Lord Strangford que, ao ponto a que tinham chegado, era um vexame — tanto para elle rei como para seus súbditos — ce-

der á pressão da Inglaterra: estavam bem calmos e livres os mares para que temesse aventurar-se á viagem em seus navios.

O marechal Beresford, que deixára Portugal por desintelligencias com o governo representante de D. João, voltou de novo ao mando do Rei, e com a maior autoridade sobre a armada portugueza e poderes independentes dos da regencia. Contava D. João dessa fórma pôr termo aos conflictos; malogrou-se-lhe, porém, a expectativa, porquanto essa resolução contribuiu mais depressa para augmentar a anarchia administrativa.

As guerras internas do Prata repercutiram na provincia meridional do Brasil. José Artigas, que se revoltára contra o governo de Buenos-Ayres, dominava na Banda Oriental, Corrientes e Entre-Rios. Proclamára-se defensor dos principios federalistas, assolando a provincia do Rio Grande do Sul. Diante de tão insolito procedimento, D. João declarou-lhe guerra, mandando-se immediatamente tropas para o Sul, não só do paiz como vindas para esse fim da metropole. As tropas portuguezas chegaram ao Rio de Janeiro em quatorze navios protegidos pela náo *Vasco da Gama;* compunham-se de 4.831 homens de todas as armas, sob o commando do general Carlos Frederico Lecór. A revista dessas tropas effectuou-

se a 13 de Maio, anniversario do nascimento do Rei, no Campo de S. Domingos. Os soldados, que, na maioria, tinham-se batido na Peninsula, manobraram com ordem e a mais louvavel dextreza.

As despezas da expedição augmentaram os embaraços do Erario. O máo estado das finanças provinha principalmente: da ausencia de orçamento, de uma infinidade de empregos e sinecuras, dous terços dos quaes podiam perfeitamente ser supprimidos sem inconveniente para a administração; e de extraordinario numero de pensões distribuidas pelos fidalgos que haviam acompanhado a Familia Real; e, finalmente, dos abusos inveterados do antigo systema administrativo colonial.

Depois de alguns mezes de combates, e alternativas de revezes e victorias, o general Lecór entrou em Montevidéo a 20 de Janeiro de 1817. Desta guerra, cuja narrativa pertence antes á historia geral do Brasil que á biographia do seu primeiro soberano, resultou reunir-se momentaneamente á monarchia brasileira o territorio da Banda Oriental, sob o nome de Provincia Cisplatina.

Iniciavam-se os preparativos para as festas da Coroação e Sagração de D. João VI, quando chegou a noticia da insurreição da Capitania de

Pernambuco e proclamação da republica. D. João VI adiou a ceremonia e, reunindo todos os elementos necessarios, tratou logo de suffocar a rebellião. Navios de guerra e barcos mercantes prepararam-se rapidamente para o transporte da tropa. O marquez de Angeja foi enviado a Portugal, com o fim de organisar e trazer o mais depressa possivel um novo corpo de exercito, para jugular a nascente republica.

Nesta emergencia, como nas demais, a cidade do Rio de Janeiro manifestou a sua dedicação e affecto pela familia real; subscripções voluntarias de diversas partes em menos de vinte e quatro horas reforçaram com mais de 500.000 cruzados os cofres do Estado.

Quatro navios de guerra partiram, em 2 de Abril, a bloquear o Recife, sob o mando do chefe de divisão Rodrigo José Ferreira Lobo; poucos dias depois seguiu outra expedição.

De todos os pontos do Brasil recebeu o Rei os mais fervorosos testemunhos de reconhecimento; sua inalteravel affabilidade, sincera e proverbial brandura attrahiam-lhe continuas sympathias.

A revolução de Pernambuco terminou mais rapida e menos sangrentamente do que a principio se afigurava; o conde dos Arcos, então go-

vernador da Bahia, concorreu muito para esse desenlace.

D. João VI tratou então de casar seu filho mais velho, o principe D. Pedro de Alcantara, escolhendo para essa alliança a filha segunda de Francisco I, a archiduqueza Leopoldina, irmã de Maria Luiza, esposa de Napoleão I, e sobrinha de Maria Antonietta. O marquez de Marialva, embaixador do Rei em Paris, foi o negociador desse casamento junto á Côrte d'Austria. Celebrou-se o casamento por procuração, em Vienna, aos 23 de Maio de 1817, partindo immediatamente para o Brasil o conde de Warbna, a communicar a D. João o feliz exito da negociação. A joven archiduqueza foi acompanhada ao porto de embarque, em Livorno, pelo principe de Metternich. Embarcou a 14 de Agosto, demorando-se apenas em Florença seis semanas. A esquadrilha compunha-se das náus portuguezas *D. João* e *D. Sebastião*, e da fragata austriaca *Augusta*. A princeza entrou no porto do Rio de Janeiro a 5 de Novembro; no dia seguinte o rei, com toda a familia e côrte, foi buscal-a a bordo com a maior solemnidade, effectuando-se o casamento religioso nesse mesmo dia na capella real.

Dous dias depois, a 8 de Novembro de 1817, restituiu-se officialmente á França a parte que

lhe pertencia da Goyanna, de accôrdo com o tratado de 1814. A posse foi dada ao Conde Carra de Saint Cyr, sob reserva de ulterior fixação de limites.

A morte de Antonio Araujo Azevedo, conde da Barca, motivou grandes mudanças na administração. Os differentes ministerios tinham sido successivamente creados por esse eminente estadista, que merecia por todos os titulos a illimitada confiança, que realmente gozou, do seu soberano; dotado de larga instrucção e actividade, a promptidão e acerto de suas resoluções e sagacidade nas circumstancias mais difficeis, tornavam-n'o indispensavel em todas as occasiões.

O Rei dividiu a administração em quatro ministerios, sem, no entanto, ter realizado as reformas, que lhe pareciam mais urgentes, a despeito dos conselhos de José Joaquim Carneiro de Campos, em quem depositava grande confiança; e dos de D. Pedro, que insinuava-os em seu nobre espirito, apresentando-as como as mais legitimas aspirações do povo brasileiro.

D. João continuava a soffrer dos governos europeus uma pressão ora ostensiva, ora occulta, com o fim de coagil-o ao regresso a Lisboa; e por isso mesmo cada vez mais se affeiçoava ao Brasil, parecendo-lhe ter aqui maior somma de liber-

dade que na Europa; lembrava-se a miudo, e tristemente, dos tempos de sua regencia na metropole e das difficuldades com que lutára sempre em vão.

Chegou-se mesmo a espalhar por vezes o boato de levantamentos, em Portugal, contra a sua autoridade; mas D. João VI, que comprehendia os manejos, ligava-lhes pouca ou nenhuma importancia, pois bem sabia elle que só se tratava de amedrontal-o; e tanto mais firmava-se nessa opinião quanto mais animava-o o filho D. Pedro á resistencia.

No meio de tantas intrigas e baixezas, Dom João VI conservava a calma que é sempre muito de louvar em um principe. Ordenava nesse entretempo que se reparassem as fortalezas, e se levantassem outras, augmentando o numero de baterias em toda a extensão da costa; creava finalmente commissões especiaes para a vigilancia e execução desses trabalhos.

Desenvolvera-se a agricultura com incalculavel rapidez, desde que se abriram os portos ao commercio de todo o mundo.

O café tornou-se o ramo mais importante de producção. Diversas fabricas, taes como as de sabão, de tecidos, de vidros, etc., foram estabelecidas, promettendo os mais prosperos resultados

sob o livre regimen á cuja frente se collocára o proprio Rei. O monarcha pensou igualmente em dividir os terrenos auriferos das Capitanias do Espirito Santo, Minas Geraes, Goyaz e Matto Grosso, distribuindo-os a companhias e particulares que os explorassem largamente. A fabrica de ferro estabelecida em Ypanema começou a funccionar; e o Rei mandou que se explorasse outra em Cuyabá.

A coroação de D. João VI, adiada por varios acontecimentos, celebrou-se emfim a 6 de Fevereiro de 1818. Na vespera, ás 11 horas da manhã, numeroso e esplendido cortejo, que se assignalou pela magnificencia e riqueza das fardas e uniformes, sahiu da Camara Municipal, situada então á rua do Rosario, e dirigiu-se á Quinta da Bôa-Vista afim de cumprimentar o Rei, e pedir-lhe a designação da hora da cerimonia.

Ao raiar do dia 6, a artilharia dos fortes e navios annunciou a festividade. As ruas juncaram-se de folhas e as janellas ornaram-se de colchas; numerosos arcos de triumpho levantaram-se por toda a passagem do Rei; um obelisco ostentava-se completamente coberto de inscripções em honra ao festejado monarcha.

Não tardou muito a apparecer o real cortejo; rompia a marcha uma banda de musica vestida á

antiga; seguiam-se seis bispos acompanhados de todo o clero; fidalgos e nobres, que eram muitos; funccionarios publicos; os deputados da Universidade de Coimbra; os delegados das principaes cidades do Brasil, de Portugal e da India Portugueza; o corpo diplomatico; o Rei, a Rainha e, por fim, a familia real; e a tropa.

O começo da ceremonia foi annunciado pelo antigo grito do Rei d'armas: Ouvide! ouvide! estae attentos!

O Rei, de joelhos na Capella, recebeu a corôa de seus antepassados, que um dos bispos collocou-lhe na cabeça.

O principe real, a rainha, os membros da familia de Bragança, depois a côrte e, por fim, os subditos, prestaram alternadamente homenagem ao soberano.

O fim da ceremonia foi annunciado pelo Alferes-mór, que, levantando o estandarte do Reino Fidelissimo, gritou com voz estridente e compassada: Real, real, real, para o muito alto e poderoso Senhor Rei D. João VI.

Os vivas e applausos da multidão confundiam-se fóra com o troar do canhão e o bimbalhar dos sinos.

Pela primeira vez fôra o Brasil testemunha de festa tão solemne: a acclamação e coroação de

um soberano. Era grande a alegria do povo, — tinham todos fé no porvir, que se apresentava cheio das mais fagueiras promessas e felicidades sem conta.

D. João commemorou esse acontecimento promulgando actos de clemencia e de recompensas, amnistiando os condemnados politicos de Portugal, minorando as penas dos pequenos delictos, concedendo tambem amnistia á maior parte dos rebeldes de Pernambuco, e suavisando as condemnações dos demais.

Nesse mesmo dia fundou a ordem militar de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, e distribuiu muitos titulos de nobreza e condecorações.

A 6 de Junho desse anno, a conselho de Antonio de Azevedo, instituiu o Museu Nacional.

Não obstante o máo estado das finanças, e a falta de um bom ministro capaz de restaural-a, o commercio desenvolvia-se prodigiosamente, e a exportação crescia cada vez mais lisongeira.

A idéa de fundar colonias agricolas nacionaes e estrangeiras começou então a ser aventada praticamente, ensaiando-se a primeira colonia com praças reformadas e suas familias; foram estabelecidas — umas, em Palma, no Rio Salsa, ca-

pitania da Bahia, — outras, na visinhança de Lages, capitania de Santa Catharina.

Dous mil suissos, engajados, estabeleceramse em terras que se denominaram Nova Friburgo, não tardando a dar os mais bellos resultados. Infelizmente o mesmo não aconteceu com os procedentes da Sicilia: em grande parte criminosos para aqui encaminhados pelo seu governo, deram motivos a serios conflictos e medidas extremas.

O numero das escolas augmentava de dia para dia, promettendo uma geração mais esclarecida e illustrada. O gosto pelas artes introduziuse nos costumes: a dansa, o piano e o theatro reuniram as familias que, até então, viviam isoladas, enclausuradas em suas casas.

A adopção das modas e usos francezes modificou os costumes e apurou o bom gosto.

O nascimento de uma princeza, filha do principe real e da archiduqueza Leopoldina, encheu de alegria o coração de D. João VI, pois, nessa occurrencia, viu um penhor de segurança para a monarchia. A infanta, que recebeu na pia baptismal o nome de Maria da Gloria e nasceu a 4 de Abril de 1819, estava destinada a succeder ao avô. A fausta nova foi immediatamente transmittida ao Imperador da Austria.

A guerra contra Artigas terminou finalmen-

te ao contento de todos; o famigerado chefe rendeu-se á discreção, internando-se posteriormente para Caraquaty, onde não tardou a fallecer. Os Estados da monarchia portugueza ficaram definitivamente accrescidos com os territorios banhados pela margem esquerda do Prata e do Uruguay.

O marechal Beresford, prevendo proximos tumultos em Portugal, veiu ao Rio de Janeiro, em vinte e oito dias, informar ao Rei dos motivos da sua apprehensão, e pedir-lhe instrucções a respeito. Nada mais era preciso para que se reiterassem as hesitações do monarcha e do Conselho. Perdeu-se um tempo precioso em conferencias e discussões e, quando o marechal Beresford regressou, a 13 de Agosto de 1820, era tarde, os acontecimentos se haviam precipitado.

O bergantim mercante *Providencia* trouxe dentro em pouco ao Rio de Janeiro noticia da revolução do Porto, a 24 de Agosto, seguida de outros acontecimentos, taes como a dissolução do Conselho de regencia, e sua substituição por outro em Lisboa e no Porto, e a fusão das novas regencias.

O que contrabalançava favoravelmente a noticia de taes acontecimentos era o saber-se que a autoridade do Rei por toda a parte continuava a

ser bem acceita sem quebra de prestigio; sómente os portuguezes exigiam a sua real presença ou, quando menos, a do filho mais velho, D. Pedro, investido de todos os poderes para governar o reino, e melhorar as instituições politicas e administrativas. As côrtes, reunidas pela regencia, tinham adoptado provisoriamente a constituição hespanhola, emquanto não se organizasse outra, original, apropriada áquella nação.

O movimento chamado constitucional crescia cada vez mais, extendendo-se rapidamente aos Açores, Madeira, Pará e Bahia.

Essa prorogação das novas idéas não encontrou echo sympathico entre os conselheiros de D. João, os quaes, na mór parte, opinavam e aconselhavam medidas de rigor e repressão. Chegavam mesmo a fallar em pedir o Rei soccorro á Inglaterra, afim de abafar a insurreição do reino europeu. O Conde de Palmela era o unico que oppunha-se a taes extremos, propondo antes que D. João VI adoptasse de prompto a nova fórma de governo.

O principe real D. Pedro, a quem intrigas de ambiciosos do poder procuravam excluir dos negocios publicos, rompendo afinal com todas as conveniencias, fez-se ouvir energicamente, demonstrando ao pae que o melhor partido a tomar

não era, por certo, opprimir e perseguir os vassalos, mas sim conceder-lhes o que, com todo o direito, pediam; a reforma dos abusos que minavam o edificio da monarchia portugueza só poderia consolidar o throno, tornando bemquisto e abençoado um rei tão amigo do povo.

Não obstante essa linguagem da verdade, continuavam as hesitações e os conselhos contraditorios; passavam-se os dias sem que nada se resolvesse; por fim, deliberaram mandar a Lisboa o Principe Real. Nesse entretempo, porém, propagaram-se por sua vez as idéas liberaes no Rio de Janeiro, e tão fortemente que novas resoluções tiveram de ser tomadas. As tropas portuguezas, aqui estacionadas, á imitação dos companheiros d'além-mar, procuraram envolver-se na politica com o fim de preponderar na marcha dos negocios publicos, apresentando-se para isso hostilmente, em 26 de Fevereiro de 1812, no Rocio, actual praça da Constituição. Não tardou o povo a ir ao seu encontro, receiando-se então qualquer movimento sedicioso.

O Rei, a quem não passava despercebida a popularidade sempre crescente do filho, dá-lhe immediatamente plenos poderes para fazer malograr a revolta, attendendo ás reclamações, que

lhe parecessem justas, quer do povo, quer do exercito.

D. Pedro acceita sem hesitar o encargo. Acóde á reunião civil e militar, cujas sympathias conquista desde logo pela corajosa confiança com que se apresenta. Da varanda do theatro de S. João interpella a tropa e o povo.

O advogado Macambos, tomando a palavra em nome dos reunidos, pede o immediato reconhecimento da Constituição tal como as côrtes portuguezas projectaram. D. Pedro, por sua vez, em nome do augusto pae, acceita e proclama o systema constitucional, declarando que o Rei está disposto a jurar a Constituição, bem como a mudar o ministerio contra o qual igualmente reclamavam povo e tropa.

Essas declarações são recebidas com enthusiasmo.

D. Pedro volta a S. Christovão, obtem do pae a assignatura dos decretos que confirmam tudo o que, em seu nome, havia promettido; e, voltando sem demora ao Rocio, os lê, no meio de frequentes interrupções dos mais enthusiasticos vivas a D. João, ao Rei Constitucional, ao Principe D. Pedro, terminando finalmente o exercito e o povo por exigirem a presença do Rei.

A despeito do grande calor, D. João segue

immediatamente para a cidade. Compacta multidão vae-lhe ao encontro, tira os animaes e puxa a carruagem real até á porta do palacio. A emoção do monarcha era tal que as lagrimas, lagrimas de contentamento, inundaram-lhe as faces; e, com a voz entrecortada, deixava ouvir entre outras as seguintes e memoraveis palavras: "Oh! meu Deus! porque não diziam ha mais tempo que o povo seria tão feliz com esta Constituição; si o soubesse, não tel-o-hia feito esperar tanto."

Chegando a uma das janellas do palacio, promette por sua vez jurar a futura Constituição; o povo, em gritos, chama-o por diversas vezes, e o acclama e o victoría.

O Conselho de ministros resolveu, no dia seguinte, que o Rei, sua familia e a Côrte regressariam para Portugal.

O decreto de 28 de Fevereiro determina a partida da monarchia para Lisboa, e designa a fragata *Maria da Gloria* para conducção da familia real.

A 2 de Março outro decreto ordenava que d'ahi em diante as capitanias do Brasil se passassem a chamar provincias.

A decisão do regresso á antiga metropole foi o germen de um grupo politico, que, desde logo, começou a cogitar da independencia do Brasil. De

todos os pontos do paiz acudiam representações, pedindo ao Rei que deixasse ficar ao menos seu filho D. Pedro na qualidade de regente. As hesitações a tal respeito foram ainda mais profundas; mas o principe, triumphando por fim, conseguiu de El-Rei o decreto de 7 de Março, nomeando-o seu lugar-tenente, no reino americano, até que as Côrtes de Lisboa concluissem a Constituição que devia reger Portugal e suas possessões.

Na vespera, a 6 de Março, havia nascido um filho do Principe Real e da archiduqueza Leopoldina, que recebeu na pia o nome de João.

Antes de deixar o Brasil, D. João mostrou desejos de que fossem eleitos os deputados brasileiros, que deviam tomar parte no Congresso de Lisboa. Os eleitores, convocados para esse fim, reuniram-se na Praça do Commercio, que acabava de ser edificada. Foi a 21 de Abril. Multidão tumultuosa invadiu a sala, desde o começo dos trabalhos, curiosa por assistir ao primeiro feito eleitoral que se effectuava no paiz. A tropa, mandada postar com o fim de manter a ordem, sob o mando do marechal Caula, distribuida pelas immediações, longe de ser uma garantia, ameaçava a todo o momento originar conflictos.

A sessão começou mal dirigida e incerta, como era de esperar de uma primeira reunião de

tal ordem: dividiram-se as opiniões em varios grupos, senão até individualmente, pois cada eleitor tinha o seu candidato, e emittia francamente parecer a respeito.

Só num ponto todos concordavam: era que a Constituição fosse quanto antes jurada provisoriamente pela hespanhola, emquanto não se assentava na nacional e definitiva.

Transmittida ao Rei essa nova exigencia, encontrou da sua parte a mais bondosa acquiescencia. Mas não era ainda bastante: as pretenções começaram a apparecer umas após outras; deputou-se uma mensagem aos generaes Curado e Moraes, para que impedissem a sahida da esquadra, que devia conduzir o Rei, a pretexto de que os cofres do Estado tinham sido levados para bordo. Em pouco espalhou-se o boato de que as tropas portuguezas marchavam com ordem de atacar a reunião dos eleitores, o que deu lugar ás mais comicas deserções daquelles que, pela primeira vez, desempenhavam o mandato popular.

Na tarde de 22 a Praça do Commercio foi afinal sitiada pelo general Avilez, o salão invadido, mortas e feridas muitas pessoas do povo pela precipitação ou crueza da tropa, calculando-se em trinta o numero entre umas e outras victimas do conflicto.

A proverbial bondade de D. João pôl-o acima da mais injusta suspeita de cumplicidade nesse triste acontecimento; tanto mais que ninguem ignorava que toda a responsabilidade cabia unicamente ao Conde dos Arcos, de cuja inflexivel severidade tinhamos já as mais duras provas nas desordens de Pernambuco.

Affirma-se mesmo que, ao saber do que se passára, D. João mostrou-se muito afflicto, mandando que se procedesse a rigoroso inquerito.

Embora não fosse cumprida essa ordem, a verdade é que o Conde dos Arcos muito pouco tempo demorou-se no Brasil depois de tal incidente; demittiu-se de seus cargos, e regressou á patria acompanhado da maldição das victimas.

Partiu finalmente El-Rei a 26 de Abril de 1821, tendo-se demorado na America treze annos, tres mezes e cinco dias. A esquadra, que o conduziu, compoz-se da náo *D. João VI*, das fragatas *Carolina* e *Princeza Real,* de seis charruas de cargas e de muitos transportes e navios mercantes. Cerca de quatro mil pessôas deixaram o Brasil por essa occasião.

O embarque da Real Familia foi assaz contristador e sobremaneira commovente. O rei tinha o coração dilacerado, o rosto banhado em lagrimas, testemunhas eloquentes da profunda emo-

ção que lhe ia n'alma. De seus labios ouvia-se machinalmente uma palavra, uma unica, cem vezes repetida: "Ai, meu Brasil! meu Brasil!" — como se por ella quizesse traduzir um supremo adeus á patria adoptiva.

De quando em quando, repetidamente, abraçava o filho; e nas poucas palavras que proferia, e nos transportes de amôr e saudade manifestava tão profunda angustia, que a todos commovia.

Dado o signal de partida, abraçou pela ultima vez o principe D. Pedro; com um movimento espontaneo, irreflectido talvez, deita-lhe ao pescoço um collar da Tosão de Ouro, que muito estimava, dizendo, com a voz entre soluços, como em tom de prophecia: "Prevejo que o Brasil em breve separa-se de Portugal; se não puderes conservar a coróa para mim, guarda-a para ti; não a deixes, por Deus! cahir nas mãos de algum aventureiro."

Poucas horas depois D. João VI perdia de vista as terras da Santa Cruz.

Não havia typographias no Brasil. Os embaraços oppostos pela metropole ao commercio e á industria não eram menos rigorosos. Portugal usurpou até o direito exclusivo de importação e exportação. Esmagado por tão exorbitante monopolio, o Brasil não tinha interesse algum em au-

gmentar os productos de sua agricultura. Quanto á industria manufactureira, era-lhe severamente interdicta; nem mesmo permittia-se neste vasto territorio que se explorassem as minas de ferro. Desse modo, não havia o menor estimulo, a menor actividade.

Depois da chegada de D. João VI, o Brasil, graças ás suas generosas concessões, tornou-se nação de um povo reconhecido e prospero, permutando com os demais os productos de suas industrias; assimilando as idéas novas, adquirindo a experiencia do velho mundo, e vendo diante de si, emfim, um futuro mais brilhante, mais rico e glorioso. D. João foi inquestionavelmente o fundador da nação brasileira, o iniciador do nosso progresso e da nossa prosperidade, o legislador desta liberdade que temos gozado sem limites e sem graves perturbações.

No entanto, esse cidadão eminente, esse rei verdadeiramente augusto não tem um monumento levantado pelo nosso reconhecimento: nem uma praça, uma rua, um becco recorda sequer o seu nome.

Nem por occasião de sua partida os brasileiros procuraram dar uma prova da gratidão para com elle contrahida, erigindo um edificio publico com o seu nome, o proprio instituido para o

qual o commercio havia recolhido tão larga collecta ao Erario, quando quizeram erigir-lhe o monumento á sua chegada.

Emquanto, porém, ficavam indifferentes os filhos deste paiz, lá ia o bom D. João VI cheio de saudades caminho da patria.

Premeditou-se, não se sabe com que fim, fazel-o estacionar na ilha Terceira, para d'ahi transmitir as suas ordens ao reino.

Nesse intento tinha-se para ali mandado as carruagens necessarias ao serviço do soberano, e uma typographia portatil. D. João, porém, recusou-se a seguir taes conselhos, ordenando terminantemente ao almirante que dirigisse a esquadra para Lisboa.

A 3 de Julho entrava no Tejo. As côrtes, que estavam funccionando, mal receberam a noticia foram cumprimentar o rei e sua augusta familia.

Desembarcando no dia seguinte, D. João VI prestou logo juramento sobre os Santos Evangelhos ás bases da Constituição, que seria decretada pelas côrtes; accrescentando vivamente commovido: "Tudo isto é verdade, juro de todo meu coração."

Pouco tempo gozou o rei da tranquillidade que o regresso á patria lhe promettia: a rainha

D. Carlota, que nunca cessára de agitar a fidalguia ambiciosa, impelliu seu filho D. Miguel a provocar uma revolta, pronunciando-se abertamente adverso á Constituição, e tramando revolucionariamente contra o proprio pae.

Em 23 de Fevereiro de 1823, o Conde de Amarantho começára a reunir revoltosos por instigações de D. Miguel, e a pretexto de libertar a patria do jugo das Côrtes e do flagello das revoluções, outorgando ao Rei o pleno direito de promulgar leis justas e a bem do povo! Essa tentativa, porém, não surtiu o desejado effeito.

Tres mezes depois, o corpo de exercito da provincia da Beira insurgiu-se e marcheu para Villa Franca, onde já se achava o infante. O ministro da justiça, communicando o facto ao Rei, recebeu deste ordem para proceder energicamente contra os implicados no movimento; mas, de hora em hora cresciam por tal fórma as deserções e tão triumphante se mostrava a revolta, que alguns ministros passaram-se para o lado dos insurgentes.

Um regimento, o 18º, seguido por homens de baixa classe, chega á residencia de Bemposta, onde se achava o Rei, e exige-lhe a presença, clamando:

Viva o Rei absoluto! morra a Constituição!

Procurou o paciente soberano chamar a tropa ao dever, mas não foi attendido; os perigos de sua melindrosa situação o surprehendem e o atemorisam tanto que chega a pensar em submetter-se de preferencia a vêr derramar-se o sangue de seus vassalos; consentiu afinal em revogar a Constituição, dizendo particularmente a seus intimos: "Porque obrigam-me a assignar a sentença de morte desta infeliz Constituição, que é a felicidade do povo, e á qual eu proprio já estremecia tanto?"

Suppondo-se victorioso, D. Miguel lança-se aos pés do pae, que — convencido do seu arrependimento — não só perdôa-lhe, como até assigna ali mesmo a sua nomeação de generalissimo.

Após esses rapidos acontecimentos, o poder absoluto — como é natural — apresentou-se com todo o seu cortejo de injustiças e violencias. Dom João VI não póde nem mesmo tratar de redigir uma Constituição, conforme promettera ao revogar a primeira. Aconselhado pela mãe, D. Miguel procura afoutamente meios de apossar-se do throno. Um assassinato foi o preludio de novo golpe de Estado. O escudeiro-mór marquez de Loulé, intimo de D. João VI, e cujo filho se havia casado com uma irmã do proprio D. Miguel, foi encontrado morto numa dependencia do palacio de

Salvaterra, onde o soberano passava com suas filhas o entrudo.

Abusando do seu posto de generalissimo, chamou D. Miguel os soldados ás armas, para concluir, dizia elle, "a obra começada, e ao mesmo tempo exterminar a empestada seita dos maçons". Numa carta, que escreveu ao bondoso pae, pedia-lhe que approvasse sua nobre e real conducta.

Por sua ordem todos os ministros foram presos, bem como os generaes, encarregados da administração, e o intendente de policia incumbido do inquerito relativo ao assassinato do marquez de Loulé. O Rei ficou retido captivo em sua Quinta de Bemposta, e — a pretexto de o salvaguardar dos conspiradores — prohibia-se a entrada em palacio ao proprio corpo diplomatico. Sabendo disso, Hyde de Neuville, embaixador da França, procurou fallar ao rei e, como não lhe permittissem, dizendo que — sem ordem de D. Miguel — não seria admittido, replicou Neuville que a Europa só conhecia um rei de Portugal. E accrescentou em tom de conselho: "Vejam bem: perdôa-se os desvarios aos principes, mas enforcam-se os cumplices." A guarda receiosa, vendo no conselho uma ameaça, franqueou a entrada aos diplomatas.

O infante D. Miguel allega então — como desculpa — a necessidade da medida para conjurar uma rebellião contra a vida do Soberano. D. João declara que não ha outra rebellião, além da que o retem preso.

A' sua voz, finalmente, as tropas voltam aos quarteis, os altos personagens, que se achavam presos, são postos em liberdade. A instancias do corpo diplomatico, apparelha-se o navio inglez *Windsor Castle* para servir de abrigo ao Rei, que effectivamente alli se hospeda em companhia das filhas e dos embaixadores estrangeiros. De bordo decreta-se a suspensão de D. Miguel do commando das tropas, ordenando-lhe ao mesmo tempo a explicação do seu procedimento.

O infante obedece, confessando que fôra enganado e seduzido. O Rei perdôa-lhe ainda, obrigando-o a partir no dia seguinte em viagem pelos paizes estrangeiros.

Depois desses crueis acontecimentos, o acto mais importante da vida de D. João VI é o reconhecimento da independencia do Brasil a 29 de Agosto de 1825, reservando para si o titulo de imperador.

O Rei, que gosára sempre da mais invejavel saúde, falleceu a 10 de Março do anno seguinte,

na idade de cincoenta e nove annos, tendo reinado por espaço de trinta e quatro. Morreu envenenado. Pela mulher? Talvez...

INDICE

IRMÃOS PONGETTI imprimiram —